



CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS

Recuperação da Memória Histórica do Legislativo Petropolitano

Pesquisa histórica feita nos anos de 2003 e 2004

Coordenação:

Assessoria de Imprensa da Câmara Municipal de Petrópolis (em 2003/2004)

Edyr Dias Raposo – Assessor de Comunicação Social

Fabiano Marçal – Assistente de Imprensa

Colaboração:

Dr. Paulo Machado da Costa e Silva

Arthur José Varella Guedes

Acervo Histórico de Gabriel Kopke Fróes

Organizador: Arthur Leonardo de Sá Earp

Estudos do Instituto Histórico de Petrópolis – IHP

Apresentação em 2013

No ano de 2003, foi realizado um projeto cultural na Câmara Municipal de Petrópolis, criado pela Lei 5.110, com o objetivo de resgatar a história da Câmara. Agora, essa pesquisa, que foi publicada em partes durante todo o ano de 2004, foi compilada em um único documento, que foi atualizado e também foi feita nova revisão, segundo o Acordo Ortográfico de 2009.



CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS

Índice

<i>O Resgate da Memória Histórica do Legislativo(Apresentação em 2004)</i>	3
Capítulo 1 – Aspectos Gerais	4
Capítulo 2 – A Instalação da Câmara Municipal	7
Capítulo 3 - Os Conselhos de Intendência (1890-1892)	11
Capítulo 4 - A história por meio das fotos e homenagens.....	16
Capítulo 5 - Petrópolis como centro da política fluminense	28
Capítulo 6 – O conjunto arquitetônico da Câmara Municipal.....	38
Capítulo 7 – Adaptando o Palácio Amarelo ao Legislativo	41
Capítulo 8 – Histórias do Palácio Amarelo	45
Capítulo 9 – Visitas Presidenciais	49
Capítulo 10 – As eleições em Petrópolis.....	53
Capítulo 11 - O Governo Municipal na monarquia.....	57
Capítulo 12 - O governo monárquico em Petrópolis.....	59
Capítulo 13 – Prefeitura Municipal de Petrópolis	63
BIBLIOGRAFIA.....	72



CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS

O Resgate da Memória Histórica do Legislativo (Apresentação em 2004)

As pesquisas históricas realizadas até então nos revelam interessantes nuances que fazem reconstruir a Memória do Poder Legislativo Petropolitano. Para conhecer mais profundamente a nossa história, os personagens e o que significam esses quase 150 anos de existência do Legislativo Municipal em nossas vidas é preciso juntar várias peças de um mesmo quebra-cabeça.

A Mesa-Diretora da Câmara Municipal da gestão 2003/2004 entendeu que era preciso resgatar essa história, dando prosseguimento a um trabalho que começou na concepção da Lei 5.110, de 20 de Janeiro de 1994, quando foi criado o Projeto Cultural da **"RECUPERAÇÃO DA MEMÓRIA HISTÓRICA DO LEGISLATIVO PETROPOLITANO"**, em parceria com o Museu Imperial de Petrópolis. Além dessa pesquisa, o projeto também fez a transcrição de todas as atas do legislativo municipal no período imperial (1859 – 1889), que podem ser encontradas na página da Câmara Municipal de Petrópolis na internet.

O projeto de resgate da memória histórica do legislativo teve início em 1993; entre 1997-2000 foram lançados quatro disquetes com as atas, que posteriormente foram reunidas em CD-ROM e atualmente estão disponíveis no site da Câmara. Agora, em parceria com a Prefeitura, serão reunidos diversos documentos históricos do período imperial e, em paralelo, quanto possível, transcritas as atas do período republicano. O projeto tem a coordenação do Diretor do Departamento de Assuntos Jurídicos e Técnicos da Câmara (DAJT), professor Paulo Machado da Costa e Silva e da Chefe do Arquivo do Museu Imperial, Maria de Fátima Moraes Argon.

O que a Câmara Municipal de Petrópolis pretende, nesse momento, é resgatar o seu glorioso passado histórico, contando as histórias daqueles que ajudaram a escrever os capítulos do Poder Legislativo, desde os idos de 1859 até 2004, promovendo uma intrigante e saborosa viagem no tempo.

A Câmara Municipal é a casa do povo e, como tal, convida toda a população petropolitana e brasileira a conhecer essa belíssima história e a visitar o Palácio Amarelo, a sua sede própria. Aqui, votamos as leis e ajudamos a escrever a gloriosa história de nossa Cidade Imperial.



CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS

Capítulo 1 – Aspectos Gerais

1.1 O PODER LEGISLATIVO

A Câmara Municipal de Petrópolis tem uma rica história que se mistura com a própria história da cidade. Ao longo de seus 154 anos de existência, desde sua instalação, no dia 17 de junho de 1859 – ainda no período imperial – a Câmara vem sendo o palco da discussão política do município e um dos mais exemplares colegiados legislativos do Estado do Rio de Janeiro.

Ao longo desse quase um século e meio de existência, essa história é cheia de nuances e rica em detalhes. A eleição da primeira Câmara Municipal do período republicano foi em 30 de junho de 1892 por meio de voto popular. O vereador Antônio Antunes Freire – o mais velho à época – naquela tarde de quinta-feira proferiu a frase histórica: “Declaro instalada a Câmara Municipal de Petrópolis”.

Proclamada a República, a primeira Constituição começou a ser elaborada e toda a vida nacional passa, a partir daí, a se moldar às novas normas. No Estado do Rio de Janeiro, conforme nos conta o historiador Arthur Leonardo de Sá Earp, as Câmaras Municipais desaparecem em janeiro de 1890, por decreto estadual, e em seu lugar aparecem os “Conselhos de Intendência”, formados por sete membros escolhidos pelo Governador, dentre os quais, o presidente.

Editada a Constituição Fluminense Republicana, em 9 de abril de 1892, a Lei Estadual número um, de 31 de maio seguinte, estabelece as regras para as eleições destinadas ao preenchimento das vagas de vereadores na Câmara Municipal de Petrópolis. À época, também ocorreram eleições diretas para a escolha de juízes de paz no município.

No dia 7 de junho daquele ano (1892), o “Conselho de Intendência” publica edital na Gazeta de Petrópolis, convocando as eleições e dividindo o eleitorado em seções. Constava que, à época, a população do município conforme informações da própria Gazeta de Petrópolis era de 17.531 habitantes, porém, o número foi questionado depois no estudo do professor José Kopke Fróes, “Petrópolis, Capital do Estado”, apontando o recenseamento de 30 de agosto de 1892 que apurou na Cidade Imperial a existência de 29.331 habitantes.

No dia 16 de junho de 1892, na véspera da Câmara Municipal completar os seus 33 anos de existência, ocorreram as primeiras eleições diretas para vereadores do período republicano. Vale ressaltar que, até 1916, quando foi criada a Prefeitura e Oswaldo Cruz



CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS

foi nomeado o primeiro prefeito de Petrópolis, a Câmara Municipal fez o papel tanto de Poder Executivo quanto de Legislativo no município.

Aquela primeira Câmara Municipal republicana era formada por sete vereadores gerais e cinco distritais (sendo um representante por distrito). Os sete mais votados foram os seguintes: Hermogênio Pereira da Silva, José Tavares Guerra, Francisco Cunha e Souza, José da Cruz Loureiro Jr, José Christiano Ferdinando Finkennauer, Antônio Antunes Freire e José Henrique Tyne Land. Representando os distritos de Petrópolis, foram eleitos: Domingos Manoel Dias (1º Distrito), Gabriel José Pereira Bastos (2º Distrito), Zózimo da Silva Werneck (3º Distrito), Manoel Pinto da Rocha Cardozo (4º Distrito) e João Werneck (5º Distrito).

1.2 A AQUISIÇÃO DO PALÁCIO AMARELO

A grande moda da corte, em meados do século XIX, era construir casas de verão na Cidade Imperial. José Carlos Mayrink da Silva Ferrão, veranista e servidor da Casa Imperial não fugiu à regra. Nos prazos adquiridos iniciou imediatamente as obras de sua casa de campo. O solar, nas vizinhanças do Palácio Imperial (atual Museu), passa à história como uma das mais pitorescas e elegantes residências de Petrópolis na segunda metade do século XIX.

Morto Mayrink, a viúva, Maria Emília Bernardes Mayrink, vende o solar, em 14 de fevereiro de 1891 a Francisco Paulo de Almeida, o Barão de Guaraciaba. A municipalidade – leia-se a Câmara Municipal – desde os tempos do império tinha a intenção de adquirir um imóvel para instalar nele o Paço Municipal.

O Barão se negava, a qualquer custo realizar a venda, quando em 17 de junho de 1891 tomou conhecimento que a municipalidade autorizara o Dr. Antônio Neves da Rocha e o arquiteto Achem Naval a construir e explorarem no terreno onde hoje se encontra a praça Visconde de Mauá, nada mais nada menos que um mercado público.

O projeto do mercado fracassou, porém o governo não se deu por vencido e, em 15 de novembro do mesmo ano, negociava com M. de Tellier a instalação, no mesmo local de um “kursal”. Em seu estudo sobre a história do Palácio Amarelo, a professora Yedda Maria Lobo Xavier, lembra que a intenção era pôr à prova a paciência do Barão de Guaraciaba. Como o projeto do “kursal” também não vingou, o tiro de misericórdia seria dado pelo vereador José Tavares Guerra, apresentando à Câmara, um Projeto de Lei que autorizava empréstimo para construção, naquele mesmo terreno do novo Paço Municipal, que ficaria frente em frente ao solar do Barão.



CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS

Aprovado de imediato, o projeto foi sancionado pela Resolução número 25, de 10 de abril de 1894, e já no dia 14, a Gazeta de Petrópolis publicava edital abrindo a concorrência para a construção do edifício. As propostas seriam recebidas no dia 17 de maio, às 13 horas, estando plantas, condições da obra e bases de orçamento à disposição da Câmara. Acontece então o inusitado: o Barão de Guaraciaba capitularia, propondo ele próprio à Câmara, no dia 11 de junho de 1894, a venda de seu prédio.

1.3 PAÇO MUNICIPAL

Dona do imóvel, a Câmara Municipal começou a agir no sentido de adaptá-lo aos serviços do Paço Municipal. Foram feitas diversas intervenções no palacete de modo a adaptá-lo às necessidades da Câmara, como a criação de um espaço destinado às sessões, o belíssimo Salão Hermogênio Silva.

No dia 5 de agosto de 1895, a Câmara contratava junto ao escultor Henrique Levy a construção do teto de estuque do salão das sessões. Diversas intervenções foram feitas, no sentido de transformar aquele paço numa belíssima obra de arte, à altura da cidade e da qualidade da arquitetura do antigo solar. Credita-se a Levy e ao escultor José Huss, essa que é uma das mais belas obras do gênero. A pintura artística dos tetos do Palácio Amarelo foi concluída em 1896.

Desde então – e até os dias atuais – a Câmara Municipal vem se modernizando. Nos últimos anos, importantes obras foram realizadas, com recursos próprios do legislativo municipal, entre elas, a reforma completa das estruturas de telhados do Palácio Amarelo; a remodelação dos gabinetes dos vereadores; a restauração artística do Salão Hermogênio Silva e do *hall* de entrada, entre outras.



CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS

Capítulo 2 – A Instalação da Câmara Municipal

2.1 PETRÓPOLIS ELEVADA À CATEGORIA DE CIDADE

Petrópolis é uma cidade *sui generis* e sua história confunde-se com a própria história do Brasil, afinal, é originária de um sonho do Imperador Pedro II. O município, mesmo tendo sido concebido de uma ideia do próprio Imperador, nunca esteve alheio às regras que o regime, pós-independência, impôs às demais comunidades existentes no Brasil.

Originária de uma pequena povoação, como nos conta o professor Arthur M. Pouperio, em um dos muitos estudos históricos realizados sobre o município, à disposição em arquivos como o de Gabriel Kopke Fróes, além de outros realizados por membros do Instituto Histórico de Petrópolis – IHP, disponíveis na Internet, a Petrópolis que surgia pertencia territorialmente à Fazenda Imperial, à época, constituída sobre o regime de anfitese¹.

Àquela época, a povoação não passava de um curato², anexo à freguesia de São José do Rio Preto, que por sua vez pertencia à Vila de Paraíba do Sul. No dia 29 de março de 1844, foi separada dessa e passou a constituir um distrito independente. Dois anos depois, a Província do Rio de Janeiro, por meio da Lei número 397, de 20 de maio 1846, criou a Vila da Estrella. Petrópolis, então, fora anexada a essa e elevada à categoria de freguesia.

É aqui que a história do Poder Público Municipal da “Cidade de Pedro” passa a ser escrita. Quando os movimentos para elevar a então freguesia à categoria de cidade surgiram, Petrópolis não tinha nem bem doze anos de existência. Vamos ver que, mais tarde, por insistência – entre outros – do tenente-coronel Amaro Emílio da Veiga, o ‘Coronel Veiga’, esse sonho fora concretizado, passando Petrópolis à categoria de cidade a partir de 29 de setembro de 1857, sem mesmo ter sido elevada antes à condição de vila.

Além do Coronel Veiga, outros homens ilustres lutaram pela emancipação, a saber, os deputados da Assembleia Geral Provincial (entre os quais o próprio Cel. Veiga), João Batista da Silva, Ignácio José da Silva, Augusto da Rocha Fragoso, Dr. Thomaz José da Porciúncula e João Meyer.

Participaram também dessa cruzada, os fundadores dos primeiros jornais petropolitanos – Bartholomeu Pereira Sudré, do “Mercantil” e Quintino Bocaiúva e Emílio Zaluar, do “Paraíba”, além de Henrique Kopke – conhecido professor; de Carlos de Barros Falcão Cavalcanti de Albuquerque Lacerda, alferes e depois secretário da Câmara Municipal de



CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS

Petrópolis na primeira legislatura; Dr. Manuel de Melo Franco, renomado médico e, sobretudo, do Barão de Mauá, pioneiro das estradas de ferro e grande responsável pela facilitação do acesso da Capital do Império a Petrópolis.

Depois de um entrave político entre a Assembleia Provincial e o presidente da Província, Luís Antônio Barbosa que se recusava a sancionar a elevação de Petrópolis à categoria de cidade, apenas com um voto contrário, a Assembleia Provincial, por meio de seu presidente, Francisco José Cardoso promulgou, aos 29 de setembro de 1857, a Lei 961.

2.2 A INSTALAÇÃO DA PRIMEIRA CÂMARA MUNICIPAL

Esses mesmos homens, e muitos outros, comporiam as primeiras Câmaras do período imperial. Assim, por força da legislação, as cidades e as vilas necessitavam possuir Câmaras eletivas. Porém, com a elevação à categoria de cidade, Petrópolis perdeu a contribuição de 100:000\$000 (cem contos de réis), que recebia da Fazenda Imperial, a título de auxílio, para uma estimativa de receita de apenas 8:000\$000.

A Assembleia Provincial não aprovou os primeiros orçamentos: para o segundo semestre de 1859, de 6:550\$000 (seis contos e 550 mil réis) e para o ano de 1860 na ordem de 8:800\$000, porém a mesma Assembleia, no final de 1859, reduziria esse orçamento para 2:750\$000. O Imperador Pedro II jamais se negou a ceder os recursos que fossem necessários à implantação do promissor município.

Contam os historiadores, sobretudo o professor Arthur M. Pouperio, que três eleições foram necessárias para que, de fato, se instalasse a primeira Câmara Municipal da história de Petrópolis, em 17 de junho de 1859. Em 22 de novembro de 1857 ocorrera a primeira eleição, anulada mais tarde em 2 de junho de 1858; a segunda eleição deu-se em 7 de setembro daquele mesmo 1858, essa também anulada, em 12 de janeiro de 1859.

Tamanhas eram as dificuldades eleitorais pelas quais o novo município passava, “(...) suficientes para se perceber claramente que o município, aqui como alhures³, não estava ainda em condições de viver os avançados textos legais de então, de inspiração democrática, que não condiziam de modo algum, com a modesta realidade política do nosso meio”, conforme explica o professor Arthur em seu estudo.

Finalmente, em 13 de março de 1859, ocorre a terceira eleição cujo resultado fora respeitado e assim tomariam posse, em 17 de junho de 1859, os primeiros vereadores,



CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS

dentre os quais, o Comendador Albino José de Siqueira, segundo vereador mais votado que assumira a presidência da Câmara, em substituição ao Coronel Amaro Emílio da Veiga que, por ser militar da ativa, não recebeu autorização do Ministro da Guerra para exercer o cargo para o qual fora eleito.

Os arquivos de Gabriel Kopke Fróes trazem a transcrição da solenidade de instalação da primeira Câmara Municipal da história, que ocorreu na casa de número 12 da Rua do Mordomo na residência da Família Rocha Cardoso. Presidiu aquela solenidade o Dr. Bernardino Alves Machado, presidente da Câmara Municipal da Estrella que discursara: *“os elementos naturaes de engrandecimento, a solitudine do governo da provincia e mais que tudo a desvelada protecção da Casa Imperial que fizerão Petropolis nascer e crescer devem ser respeitadas em vossas deliberações”*. Assim foi feito: instalada a Câmara Municipal, realizou-se um “Te-Deum” na Igreja Matriz e às 16 horas teve início o banquete no Hotel Bragança, seguido de baile popular que entrou pela madrugada.

2.3 OS PRIMEIROS VEREADORES DE PETRÓPOLIS

Assim, os primeiros vereadores de Petrópolis eleitos e empossados foram Albino José de Siqueira, Augusto da Rocha Fragoso, Manoel Francisco de Paula, Manoel Cândido do Nascimento Brito, Ignácio José da Silva e João Baptista da Silva, conforme consta-se dos registros históricos.

2.4 PRIMEIRO PRESIDENTE

Albino José de Siqueira: O vereador mais votado à época, Amaro Emílio da Veiga, “o Coronel Veiga”, não pode assumir a presidência da Câmara, pois o Ministro da Guerra não o liberou de suas obrigações militares. Dessa maneira, Albino Siqueira assume a presidência da primeira Câmara Municipal de Petrópolis.

Conforme estudo de autoria de Daniela de Souza Costa, Jaqueline de Medeiros Brand e Maria de Fátima Moraes Argon, “Conhecendo Petrópolis”, o capítulo IV, assinado pelo professor Paulo Machado da Costa e Silva, esclarece que o comendador – e coronel da Guarda Nacional - Albino Siqueira era carioca e exerceu suas atividades na então Corte Imperial, na Vila da Estrella, onde foi vereador e presidente da Câmara Municipal, além de participar ativamente, também, da vida pública em Petrópolis.

Foi um dos proprietários da Empresa Imperial de Transportes de passageiros e cargas, entre as localidades de Petrópolis e da Raiz da Serra. Dessa empreitada, participou, ao lado de João Batista da Silva, Paulino Afonso Pereira Nunes, George Land, entre outros.



CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS

Na ata da 20ª sessão da Câmara, de 1 de outubro de 1864, Albino Siqueira pede, por meio de requerimento, o título de “Imperial” para a empresa de transportes.

Na ata da 24ª sessão da Câmara, de 15 de novembro de 1864, sob a presidência interina do tenente-coronel João Batista da Silva, o vereador Antônio da Rocha apresenta uma informação sobre o requerimento de Siqueira, que entre outras coisas revelava: “(...) *que a dita empresa tem prestado sempre um serviço muito regular ao público e por uma retribuição que não pode ser taxada de excessiva, tornando-se por isso recomendável não só da benevolência pública, como dos poderes do Estado, tendo merecido [elogios] da Companhia Mauá, pelo Ex.mo. Barão de Mauá em seus relatórios*”.

Faziam parte do trem dessa empresa 20 carros de passageiros, inclusive um para o serviço Imperial, um para o correio e um fúnebre. Além desses carros, a Companhia Imperial de Transportes possuía ainda diligências para maior número de passageiros, distinguindo-se, dentre elas, a “Baronesa”, em honra à Baronesa de Mauá. Depois da morte de seu pai, Albino Siqueira tomou posse das propriedades agrícolas na baixada fluminense, inclusive a conhecida Fazenda do Fragoso.

O comendador gozava de grande prestígio nas redondezas, tendo hospedado em sua propriedade no Fragoso, o Imperador D. Pedro II e D. Teresa Cristina. O mesmo Imperador o agraciou com os graus de oficial da Ordem da Rosa e Cavaleiro de Cristo, pelos relevantes serviços prestados à causa pública. No Laemmert (Almanak Administrativo Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro), na parte relativa ao município da Estrella, referente aos anos de 1861, 1863 e 1864, figurava na lista de lavradores e fazendeiros e, no ano de 1865 aparece como dono de engenho de aguardente movido por água e cultura de café, na localidade do Fragoso.

Albino José de Siqueira faleceu em 17 de dezembro de 1879 na Corte. Em 1908, a Avenida Central, por força da Resolução número 072, de 22 de julho, recebeu o título de Coronel Albino de Siqueira. O trecho da rua que se dirigia à Castelânea (entre a avenida Coronel Albino de Siqueira e a rua Saldanha Marinho) passou a chamar-se travessa Albino de Sequeira (sic), porém em 1923, esta rua recebeu oficialmente o nome de Euclides da Cunha.

Referências:

- (1) – Enfitêuse: Cessão do domínio útil, com reserva do domínio direto, de uma propriedade imóvel, rústica ou urbana, pelo seu dono ao enfitêuta mediante o pagamento de pensão ou foro anual.
- (2) – Curato: Área sobre a direção espiritual de um “cura”. Cura: pároco de aldeia, prior.
- (3) – Alhures: Em outro lugar, algures.



CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS

Capítulo 3 - Os Conselhos de Intendência (1890-1892)

3.1 O ADVENTO DA REPÚBLICA

Com a Proclamação da República (1889), os Estados constituídos resolveram dissolver as Câmaras Imperiais e, em seu lugar, instalar os "Conselhos de Intendência", que teriam a responsabilidade, entre outras, de organizar eleições para a composição da primeira Câmara eleita pelo voto no período Republicano. A Câmara de Petrópolis foi, assim, dissolvida por força do Decreto Estadual número 33, de 4 de janeiro de 1890.

Dez dias depois, lá estavam os intendentos municipais - todos nomeados pelo Governador do Estado do Rio de Janeiro, entre eles o presidente da Intendência, que funcionaria como o Chefe do Executivo também na estrutura Republicana que se formava. Sempre é bom lembrar que a Prefeitura Municipal só foi criada em 1916.

Com isso, ficou assim composto o primeiro Conselho de Intendência de Petrópolis: Hermogênio Pereira da Silva (presidente), Bernardo Xavier Rebelo de Faria, Gabriel Pereira Bastos, Francisco da Cunha e Souza, Major José Pinheiro de Siqueira, Joaquim Pacheco e José Tavares Guerra. Esses homens, desde aquela data, passaram a ter a missão de guiar os destinos do município, porém, os desencontros com o Governador, Francisco Portela, truncariam muito essa relação e acabariam promovendo inúmeras modificações na composição do Conselho ao longo daquele mesmo ano.

No dia 8 de agosto de 1890, novos intendentos são nomeados pelo Governador, sendo eles: Fernando Machado de Simas, Eugênio Tourinho, Bernardino Lopes Ribeiro Jr., José Inácio Neto dos Reis Carapébus, Galdino Ferreira da Costa, Manuel Martins de Araújo e Cândido José Vale de Almeida.

Os registros de Gabriel Kopke Fróes, que servem de base principal para esse capítulo do Projeto "Recuperação da Memória Histórica do Legislativo Petropolitano", são precisos ao resgatar os acontecimentos. Veja uma passagem dos documentos: "*12.8.1890 - Os srs. Hermogênio Pereira da Silva, Gabriel José Pereira Bastos, José Tavares Guerra, Francisco da Cunha e Souza, Bernardo Xavier Rebelo de Faria, Joaquim Pacheco e Luiz José Le Cocq de Oliveira**, membros do conselho de intendência municipal de Petrópolis demitidos pelo governador Francisco Portela, protestam, pela imprensa do Rio de Janeiro, contra o ato do referido governador".

* Note que aparece o nome de Luiz José Le Cocq de Oliveira ao lugar do major José Pinheiro de Siqueira.



CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS

Dois dias depois, em 14 de agosto de 1890, o governador Portela resolve fazer novas alterações no Conselho de Intendência, depondo o presidente (que passou a ser apenas intendente) e alterando três titulares do conselho, que passou a ser formado assim: Francisco Carlos Naylor (presidente), Fernando Machado de Assis, Eugênio Tourinho, João Batista de Castro, Carlos Frederico Travasso, Manuel Martins de Araújo Castro e José Inácio Neto dos Reis Carapébus.

Ainda não satisfeito depois de alterar a formação do Conselho de Intendência de Petrópolis três vezes, foi ainda registrada mais uma alteração: uma anotação datada de 1890 mostra a seguinte formação do conselho: João Batista de Castro (presidente), Fernando Machado Simas, Antônio Rocha de Moura, Henrique Raeder, Antônio Moreira da Cunha Leite, Edmundo Busch Varela e Júlio Brandão.

3.2 REALIZAÇÕES DOS CONSELHOS DE INTENDÊNCIA

Vale a pena fazer um intervalo para registros de acontecimentos do período dos Conselhos de Intendência na administração direta do município. Esses registros fazem parte do acervo de Gabriel Kopke Fróes e foram coletados em nossa pesquisa de Internet no site organizado por Arthur Leonardo de Sá Earp.

Acontece na Praça D. Pedro, por meio de uma promoção da Intendência Municipal, a primeira feira destinada à venda aos consumidores - diretamente pelos produtores - dos produtos da pequena lavoura. O registro é de 9 de fevereiro de 1890.

Mudanças de nome de importantes ruas também aconteceram à época: a Rua Paulo Barbosa mudou de nome e passou a se chamar Avenida Washington. A Montecaseros virou San Martin; Aureliano para Avenida Bolívar, Coronel Veiga deu lugar à 14 de Julho, Praça Calógeras virou Praça Moreno; a praça Berriri deu lugar à Praça Juarez e a Travessa Joinville virou a Travessa Garibaldi. O registro é de 14 de janeiro de 1890, portanto, um dos primeiros atos da Intendência como Governo instalado.

Em 1891, Gabriel Kopke Fróes capta uma passagem da história muito especial. O Conselho de Intendência recebe de Alberto José Mora as ruas abertas pelo menos em seu terreno na Vila Mora, ruas essas que passariam a ser conhecidas por Elisa e Luiza e, mais tarde, receberiam os nomes de Ernesto Paixão e Rockefeller.

Também naquele ano, a Intendência Municipal toma conhecimento de um comunicado do Dr. José Rodrigues dos Santos, presidente da Companhia Cremerie Parisienne, de que, tendo sido encontrada - nos terrenos da referida Cremerie - "uma fonte de água



CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS

com propriedades medicinais, pretende a companhia ali montar um estabelecimento para uso dos que necessitarem dessas águas, motivo pelo qual também requereu à Intendência Municipal concessão de uma linha de bondes partindo da Rhenania até o local, a Fábrica Buisson".

3.3 PETRÓPOLIS E A PRIMEIRA CÂMARA REPUBLICANA (1892)

Em dezembro de 1891, ao ser conhecido o afastamento do governador Francisco Portela, depois de inúmeros entreveros com o Conselho de Intendência Municipal, uma grande festa acontece em Petrópolis, sob o comando de José Tomás da Porciúncula que, logo depois assumiria o Governo do Estado do Rio de Janeiro. Em caminho para a casa do político, a multidão subiu à sala da Intendência Municipal e aí aclama o Dr. Hermogênio Pereira da Silva - novamente - o presidente do Conselho de Intendência Petropolitano.

Depois de muitas idas e vindas, o Conselho de Intendência, que governou Petrópolis por pouco mais de dois anos, finalmente, conseguiu organizar as primeiras eleições do Legislativo Municipal do período republicano.

No dia 16 de junho de 1892, na véspera da Câmara Municipal completar os seus 33 anos de existência, acontecem as primeiras eleições diretas para vereadores do período republicano. Vale ressaltar que, até 1916, quando foi criada a Prefeitura e nomeado Oswaldo Cruz o primeiro prefeito de Petrópolis, a Câmara Municipal fez o papel tanto de Poder Executivo quanto Legislativo no município.

Aquela primeira Câmara Municipal, no dia 30 de junho, tomaria posse e seria proclamada como a Primeira Câmara Municipal do Período Republicano, formada por sete vereadores gerais e cinco distritais (sendo um representante por distrito).

Os sete mais votados foram os seguintes: Hermogênio Pereira da Silva, José Tavares Guerra, Francisco Cunha e Souza, José da Cruz Loureiro Jr, José Christiano Ferdinando Finkennauer, Antônio Antunes Freire e José Henrique Tyne Land. Representando os distritos de Petrópolis, foram eleitos: Domingos Manoel Dias (1º Distrito), Gabriel José Pereira Bastos (2º Distrito), Zózimo da Silva Werneck (3º Distrito), Manoel Pinto da Rocha Cardozo (4º Distrito) e João Werneck (5º Distrito).

3.4 O PRIMEIRO PRESIDENTE - HERMOGÊNIO SILVA

Quem nos fala de Hermogênio Silva é o próprio Arthur Leonardo de Sá Earp, em estudo disponível no site do Instituto Histórico de Petrópolis (IHP). O autor fez questão de



CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS

salientar que o primeiro presidente da Câmara Municipal no período Republicano, era alguém "que se pode comparar à importância que teve Koeler nos primórdios da Cidade Imperial".

De fato, Hermogênio Silva, que foi presidente da Câmara Municipal por anos seguidos, tem uma ótima ficha de serviços prestados a Petrópolis e deve ser reverenciado. Conforme nos conta Arthur Leonardo de Sá Earp, ele foi um empreendedor. Dentre suas principais preocupações, destaque para abastecimento de água, construção de moradia para pessoas de baixa renda, construção de pontes, além da aquisição do Palácio Amarelo, desde 1894 a sede do Legislativo Municipal.

A comprovação documental do valor de Hermogênio Silva no desenvolvimento da Cidade Imperial está reunida em uma obra extensa do Dr. Francisco de Vasconcellos, dividida em dois volumes sob o título de "Petrópolis, sua administração na República Velha", datada de 1978 e 1981.

Hermogênio Pereira da Silva nasceu em 7 de janeiro de 1848, na Fazenda do Engenho Novo do Retiro - Freguesia de Cordeiro - Município de São Gonçalo da Província do Rio de Janeiro. Foi acadêmico de Medicina e esteve na Guerra do Paraguai. Em 1872, formado e casado com Maria Antônio Abreu e Souza (Maria Antônia Pereira da Silva), foi à Europa se especializar como oftalmologia, praticando seus conhecimentos na Alemanha, França e Inglaterra.

Apareceu na política em 1881 quando foi vereador na Câmara do Rio de Janeiro, apresentando importantes projetos naquela Casa de Leis, ficando lá até 1884. Nesse ano, veio para Petrópolis. Pai de sete filhos e já viúvo, casou-se com Carolina de Sá Carvalho (Carolina de Sá Pereira da Silva), com quem teve mais três filhos.

O mestre Arthur Leonardo de Sá Earp, em seu estudo, nos fala ainda da trajetória de Hermogênio Silva como deputado estadual, presidindo por três anos a Assembleia Legislativa, da qual pediu renúncia por discordar do retorno da Capital do Estado para o município de Niterói, continuando, entretanto, presidente da Câmara Municipal de Petrópolis.

Por aqui, presidiu a Câmara Municipal por diversos anos: 1892, 1893, 1894, 1895 (mas pediu para não exercer), 1896, 1897, 1901, 1902, 1903, 1904, 1908, 1909 e 1910. Em 1909, enquanto elegia-se ainda como o mais votado vereador de Petrópolis, foi também eleito Senador da República, cargo que não chegou a exercer, apesar da excelente votação obtida. Diplomado, não chegou a ocupar a cadeira no Senado, impedido por decisão da Comissão de Reconhecimento de Poderes, oriunda de manobra política



CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS

adversária.

Após licenças repetidas depois do início de mais um triênio sob sua presidência, abandona a vida pública em 14 de abril de 1910. Figura ímpoluto de caráter e personalidade forte, Hermogênio Silva foi um símbolo de administrador público para ser estudado, respeitado e reverenciado por todas as gerações de petropolitanos. Faleceu, aos 67 anos de idade, em Petrópolis, no dia 5 de maio de 1915.



CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS

Capítulo 4 - A história por meio das fotos e homenagens

4.1 O ACERVO DE RETRATOS E DE HOMENAGENS DA CÂMARA MUNICIPAL

A Câmara Municipal de Petrópolis tem muita história pra contar. Alguns homens ilustres, que por aqui passaram, deixaram suas marcas e foram homenageados por aqueles que comandaram os destinos da Cidade Imperial entre os séculos XIX e XX. O Legislativo Municipal reúne um importante acervo de obras de arte, retratos desses homens que contribuíram muito para o progresso de nossa Cidade.

Já as homenagens estão divididas em sete placas comemorativas - cravadas no Palácio Amarelo, sede do Legislativo Municipal e mais de uma dezena de quadros que se encontram nos arquivos dessa Casa Legislativa. Um acervo riquíssimo que eterniza a memória desses homens que foram incansáveis na luta pelos direitos de nosso município através da história.

4.2 PLACAS

São sete as placas referentes a acontecimentos que, no Paço Municipal, se quis perpetuar no bronze. A primeira, comemorativa do transcurso do primeiro centenário da instalação da Câmara Municipal, contendo os nomes do prefeito e dos vereadores em exercício, foi colocada ao lado direito da fachada do Palácio Amarelo, a 17 de junho de 1959. Nela, ficam eternizados os presidentes de todas as legislaturas, desde 1859, quando o comendador Albino Siqueira assumira a presidência da primeira Câmara Municipal, ainda no Império; até Paulo Hervê, que presidia o Legislativo à época do centenário.

A segunda, assentada ao lado esquerdo da porta do *hall* que dá acesso à escadaria para o Salão Hermogênio Silva (onde ocorrem as sessões legislativas), homenageia o Prefeito Iêdo Fiuza, foi ali posta a 24 de fevereiro de 1940. Inaugurando-a, em festiva e concorrida cerimônia à qual esteve presente o homenageado, foi lida pelo Dr. Nereu Rangel Pestana a seguinte expressiva saudação do Dr. Mário Aloisio Cardoso de Miranda, secretário do Interior e Justiça do Estado que não pudera comparecer:



CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS

“Sr. Dr. Iêdo Fiuza.

Nunca saistes desta casa. A vossa orientação, os vossos métodos, o vosso critério no manuseio da coisa pública, o vosso escrúpulo funcional, a vossa independência de caráter, o vosso destemor, a vossa altaneria forjaram uma alma para a administração que entrou como um sôpro de fé por aqui e aqui ficou impregnando de um sentido singular o amor de todos nós por Petrópolis.

Algum dia, sr. Dr. Iêdo Fiuza, quando Petrópolis se tiver desdobrado em perspectivas imprevisíveis nos cenários do futuro; uma metrópole se tiver levantado entre as montanhas, sôbre os ombros das gerações vindouras e, a nós todos, tiverem sucedido os nossos filhos e os nossos netos – Petrópolis de amanhã – fundirão de nôvo essa placa para completar a inscrição: O Povo a Iêdo Fiuza; àquele que traçou o caminho – os que atingiram a méta do roteiro”.

A terceira placa de bronze, localizada na parede do patamar da escadaria para o Salão Hermogênio Silva, bem à frente de todos aqueles que acessam o prédio do Legislativo Municipal, ali colocada, certamente, à revelia do homenageado, a 7 de janeiro de 1899, pelos vereadores à Câmara Municipal, assinala o primeiro período administrativo do Dr. Hermogênio Silva, idealizador e construtor do Paço Municipal. Hermogênio Silva fora muito festejado à época, pelo seu caráter empreendedor e dinâmico, além de ter sido um sagaz administrador da coisa pública, enquanto presidente da Câmara Municipal, acumulando a função de prefeito de Petrópolis.

Mais sete placas foram inauguradas posteriormente e se relacionam às obras realizadas nas últimas administrações. Uma delas, no entanto, não tem conotação relacionada com empreendimentos das últimas mesas diretoras, foi inaugurada em abril de 2000, em alusão aos 500 anos do Descobrimento do Brasil. A belíssima placa retrata a história do descobrimento em texto poético e traz os nomes dos vereadores que compunham a Câmara Municipal de Petrópolis, por ocasião do aniversário do Descobrimento.

As três outras placas, que estão ladeando esta última, dizem respeito às intervenções feitas no Palácio Amarelo. Uma é de 15 de dezembro de 1998, quando era presidente da Câmara Municipal o vereador Nelcyr Costa, refere-se às obras de infraestrutura realizadas, principalmente a recuperação dos telhados da Câmara, extinguindo assim o caótico problema de goteiras e infiltrações que assolava o Palácio Amarelo.

Há também uma placa inaugurada em 15 de dezembro de 2000 que faz alusão às obras de construção dos novos gabinetes para os vereadores, durante a gestão do presidente Ronaldo Medeiros, quando também foi criado o Espaço Vereador Latuf Gibrail que



CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS

abriga os cinco gabinetes da Mesa Diretora da Câmara Municipal no terceiro pavimento do Paço Municipal.

Outra placa faz referências às últimas obras realizadas no prédio da Câmara, na administração de Paulo Mustrangi, quando foi restaurado o Salão Hermogênio Silva, o *hall* central da Câmara e outras obras de arte.

A quarta placa está na Recepção do Palácio Amarelo e homenageia o grande cientista e primeiro prefeito de Petrópolis, Oswaldo Cruz, na ocasião de seu 129º aniversário de nascimento. A placa foi feita em conjunto pela Câmara Municipal, Prefeitura de Petrópolis e Fiocruz e inaugurada em 05 de agosto de 2001.

A quinta placa está no *hall* de entrada é de 15 de dezembro de 2006. Registra a restauração das paredes, quando na ocasião foram encontradas as tintas originais e elementos artísticos de grande valor. A sexta placa foi inaugurada em 17 de junho de 2009 e comemora o sesquicentenário de criação da Câmara Municipal de Petrópolis.

A sétima placa está no gramado de frente do Palácio Amarelo e é de 05 de dezembro de 2012 e representa a mais recente obra de reforma da Casa.

4.3 BUSTOS

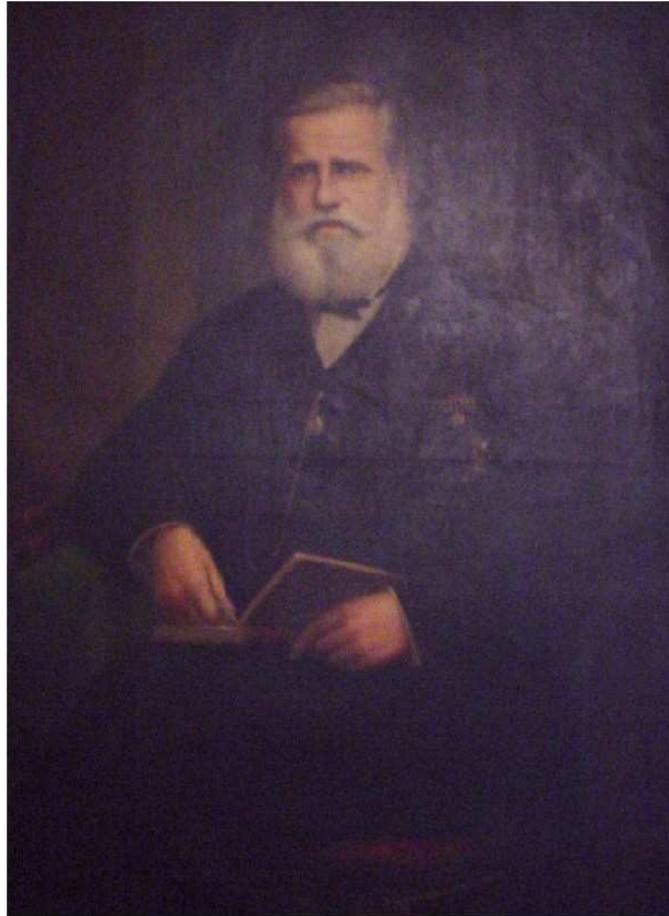
Há três bustos na Câmara Municipal. Ainda no *hall* de entrada, há um busto de bronze de Getúlio Vargas e ao lado o busto de mármore de Paulo Barbosa. Em frente ao Salão Hermogênio Silva, encontra-se o busto de Dom Pedro II, feito de bronze.

4.4 RETRATOS DE PEDRO II E DO MAJOR JÚLIO FREDERICO KOELER

A Câmara Municipal, em 29 de abril de 1906, praticando ato cívico da maior relevância, recolocou no seu salão nobre o retrato do Imperador Pedro II e inaugurou, no mesmo local, o retrato do major Koeler. O retrato de Pedro II estivera na sala de sessões do Legislativo desde 17 de junho de 1859, data da instalação da Câmara Municipal de Petrópolis, até a Proclamação da República, quando de lá foi retirado, desonrosamente, e recolhido, de início, a um depósito qualquer, e depois, à Biblioteca Municipal.



CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS



D. Pedro II

Foi relevante a iniciativa tomada pelos vereadores, no início do século XX, pouco depois da Proclamação da República, atitude patriótica e corajosa – ao que consta, a primeira do gênero tomada no país – da Câmara de Petrópolis, repondo o retrato do Imperador no seu verdadeiro lugar.

Esse retrato, aliás, tem outra particularidade. Pintado em 1859, por encomenda, pelo artista petropolitano Joaquim Rocha Fragoso, teve de ser restaurado em 1905, em São Paulo, pelo pintor Ernesto Papf. Pedro II, em 1859, aos trinta e quatro anos de idade, possuía barba e cabelos louros e, assim aparecia no retrato de Fragoso. Papf, porém, não teve dúvida em 1905: atualizou o retrato, pintando de branco os cabelos do Imperador. Atualmente o quadro está exposto na sala VIP, aos fundos do Salão Hermogênio Silva.

Quanto ao retrato de Júlio Frederico Koeler, há dúvidas sobre a autoria. Presume-se ter sido pintado em São Paulo, em 1905, por Ernesto Papf. No quadro, o fundador de Petrópolis está de pé com a farda de moço fidalgo da Casa Imperial, tendo a mão direita sobre a planta de Petrópolis colocada em uma mesa, na qual se vêem ainda alguns



CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS

livros. A aquisição do retrato foi autorizada pela Deliberação número 22 de 4 de setembro de 1905.



Júlio Frederico Koeler

A cerimônia de inauguração de ambos os retratos ocorreu às 14 horas de 29 de abril de 1906. Depois de executada pela banda de música do Clube Leopoldo Miguez a sinfonia do “Guarani”, o Dr. Artur de Sá Earp assumiu a presidência da sessão, justificando, em brilhante discurso, o motivo da solenidade. Disse que o que ia assistir não obedecia intuito político de qualquer espécie.

Republicanos que eram todos os vereadores petropolitanos, não deixavam, de prestar seu apreço aos cidadãos realmente dignos. "O tempo decorrido já permite apreciar-se com justeza o vulto de Pedro II, como estadista e patriota. Mas se o grande Imperador é



CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS

digno da admiração e respeito de todos os brasileiros, merece consideração ainda maior dos petropolitanos que lhe devem, inclusive, a fundação da cidade". A fundação de Petrópolis, a seguir, é analisada profundamente e, aí, o orador põe em destaque as figuras do ex-monarca e do seu amigo Júlio Frederico Koeler.

Enquanto o primeiro, sempre pronto, graças ao seu magnânimo espírito, a auxiliar todos os bons empreendimentos, pensava na fundação desta deliciosa cidade, o segundo, com toda a tenacidade dos trabalhadores, animado por alma de poeta, dava leito aos rios, alongava as ruas, bordava-as de belíssimas árvores e de pequeninas e alvas casas, onde as louras virgens do Rheno, respirando a leve e embalsamada atmosfera, começaram a amar Petrópolis. Disse Sá Earp: *“Quem penetrar, de hoje em diante, nesta sala, ficará conhecendo um pouco da história da terra petropolitana e sentir-se-á satisfeito, vendo os retratos que, neste momento, inauguramos”*.

Por fim, foram descerradas as cortinas que cobriam os dois retratos: o de Pedro II, pelo vereador José Land e pelo Conde de Paranaguá; e o de Koeler pelo vereador Felipe Faulhaber e pelo Dr. Júlio Koeler, neto do homenageado.

4.5 RETRATO DE HERMOGÊNIO PEREIRA DA SILVA E DO DR. PORCIÚNCULA

Reunida a 7 de janeiro de 1905, deliberou a Câmara Municipal, aprovando moção do vereador José Land, restabelecer no salão nobre o retrato do Dr. Hermogênio Pereira da Silva. Vale esclarecer que o primitivo retrato do Dr. Hermogênio fora destruído, juntamente com o de Floriano Peixoto, por ocasião do assalto ao Paço Municipal de 18 de fevereiro de 1903.

Muito embora Dr. Artur de Sá Earp, o presidente da sessão de 7 de janeiro de 1905, houvesse declarado, ao encerrar os trabalhos, que o retrato seria inaugurado na primeira reunião da Câmara, somente 16 anos depois o Município resgataria sua dívida para com o benemérito cidadão. Efetivamente, foi a 16 de julho de 1921 que a Câmara Municipal, reunida em sessão, repôs em seu salão nobre o retrato do Dr. Hermogênio Silva. Foram dois, aliás, os retratos inaugurados: o do Dr. Hermogênio e o do Dr. Porciúncula.

A sessão da Câmara, à qual se achava presente o Prefeito Oscar Weinschenck, foi presidida por José de Barros Franco, a quem coube fazer o discurso elogioso aos dois grandes vultos do passado. Dr. Barros Franco, companheiro dos homenageados na propaganda da República e, mais tarde, na política petropolitana, pronunciou inspiradíssimo discurso, destacando-se as partes em que relatou atitudes das duas personalidades, dignas de servirem de exemplo para a posteridade. A cerimônia foi



CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS

assistida pela senhora Luiza de Melo Franco da Porciúncula e por diversos filhos de Hermogênio Silva. Ambos os retratos são pinturas a óleo de Bertoni Filho.



Hermogênio Silva

4.6 RETRATO DO DR. ARTHUR DE SÁ EARP

Ao iniciar a sessão solene comemorativa da passagem do centenário de nascimento do Dr. Artur de Sá Earp, em 11 de julho de 1958, a Câmara Municipal de Petrópolis inaugurou em seu salão nobre o retrato do político e administrador petropolitano. A bandeira que encobria o quadro foi descerrada pelas mãos da Sra. Ester Diniz de Sá Earp, viúva do homenageado. O retrato é uma pintura a óleo do artista Vim L. Van Dijk. Justíssima sob todos os títulos, a homenagem prestada ao grande Artur de Sá Earp, médico emérito e caridoso, patriota sincero, orador privilegiado, jornalista de dons raros e administrador competente e consciente.



CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS



Dr. Arthur de Sá Earp

4.7 RETRATO DO DR. JOAQUIM FRANCISCO MOREIRA

O retrato a óleo do Dr. Joaquim Francisco Moreira, pintado por Angelo Bertoni, por muitos anos exposto no salão da Câmara Municipal, esteve, de início, no Gabinete do Prefeito, onde foi inaugurado, com toda solenidade, em 27 de maio de 1927, por iniciativa de amigos e correligionários do político petropolitano. Dr. Joaquim Moreira era, na ocasião, o Prefeito da cidade e não se opôs à homenagem, tanto que a ela esteve presente, falando em agradecimento.

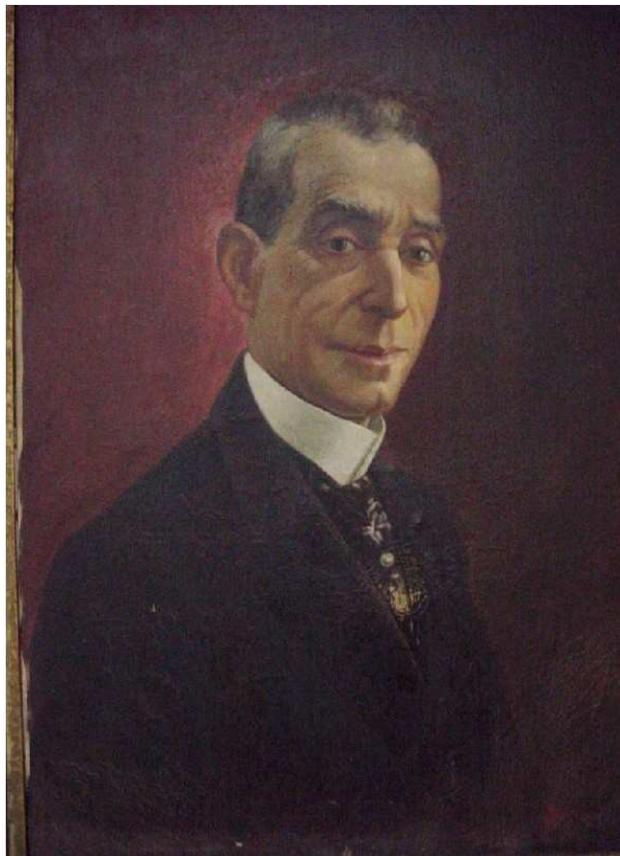
Um episódio jocoso encerra, no entanto, a história desse retrato. O resultado final da eleição para Prefeito realizada em 10 de abril de 1927 foi desfavorável, surpreendentemente, ao candidato do Dr. Moreira, de maneira que, após muito recurso e



CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS

muita protelação, foi marcada a posse do candidato adverso para a tarde de 10 de agosto de 1927. Na manhã desse dia Dr. Joaquim Moreira apareceu na Prefeitura, mandou retirar o quadro da parede, colocou-o debaixo do braço e retirou-se do Gabinete do Prefeito sem nada dizer. Já no início da escadaria, voltou-se para os que, do alto, assistiam, intrigados, à cena, e, sorrindo com malícia, explicou: "*Não quero ver, mesmo em retrato, os gestos com que meus adversários iriam, na certa, mimosear-me...*".

O quadro de Angelo Bertoni foi, depois, recolhido à sede do Partido Republicano Fluminense e, com a extinção deste, ficou em poder de Pedro Hees que o entregaria, mais tarde, à Biblioteca Municipal. Finalmente, em 1949, foi colocado no salão nobre da Câmara Municipal pelo próprio presidente da Casa, Paulo Mauriti.



Dr. Joaquim Moreira

4.6 RETRATO DE ALCINDO SODRÉ

Alcindo de Azevedo Sodré, médico, jornalista, vereador, prefeito, historiador e organizador do Museu Imperial, teve seu retrato colocado no salão nobre do Paço Municipal em 30 de novembro de 1962. Reunida em sessão solene, às 20 horas desse dia, homenageou a Câmara Municipal, de tal modo, a figura de Alcindo Sodré que,



CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS

embora não sendo petropolitano de nascimento, foi um dos maiores amigos que a cidade já teve.

A sessão foi presidida pelo vereador João Francisco, tendo como orador oficial o vereador Idealino Limongi que pronunciou expressivo discurso. Junto à tribuna situada à esquerda da mesa, foi, então, inaugurado o retrato pintado a óleo por H. B. Curty, do grande e saudoso amigo de Petrópolis.

Descerrou a bandeira que encobria o quadro a senhorita Marília de Azevedo Sodré, filha do homenageado. Em nome da família, Arnaldo Azevedo Sodré, também filho de Alcindo Sodré, fez o discurso de agradecimento, o qual teve palavras as mais carinhosas para com o Legislativo petropolitano. O Presidente João Francisco encerrou a sessão, após ressaltar o significado da homenagem, enaltecendo, muito justamente, a personalidade inconfundível de Alcindo Sodré.



Alcindo Sodré



CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS

4.7 RETRATO DE JOSÉ LEOPOLDO DE BULHÕES JARDIM

O retrato de José Leopoldo de Bulhões Jardim – o grande vulto de projeção nacional que presidiu a Câmara Municipal e exerceu, temporariamente, o cargo de Prefeito de Petrópolis – foi inaugurado no salão nobre do Paço Municipal a 28 de setembro de 1956. A Câmara Municipal se reuniu em sessão solene, naquele dia, para comemorar o transcurso do centenário de nascimento do grande brasileiro. Aberta a sessão pelo presidente José de Oliveira Costa, foi designada uma comissão composta pelos vereadores Nazareth Braga Peixoto, Carlos Portugal e Jair de Araújo para introduzir no recinto o Dr. Inácio de Bulhões, filho do homenageado.

Discursa, depois, o orador oficial Jair de Araújo, seguido de um orador de cada partido. É, então, suspensa a sessão para que pudesse ser inaugurado o retrato de Leopoldo de Bulhões. Com a palavra, o vereador Hélio Mendonça Bittencourt, após fazer o elogio do homenageado, convida o jornalista Alcindo Roberto Gomes para, em nome da imprensa local, descerrar a bandeira que encobria o quadro. Por fim, falou, agradecendo, em nome da família, o Dr. Inácio de Bulhões.

4.8 RETRATO DE GETÚLIO VARGAS E DE JOÃO CARLOS CALDAS VIANA

Há, ainda, no salão nobre da Câmara Municipal, colocados em épocas que não podem ser determinadas, um quadro a óleo do presidente Getúlio Vargas, pintado por S. Caruso; e outro, também a óleo, sem assinatura, mas atribuído a Barandier, de João Caldas Viana – o presidente da Província que ligou seu nome à fundação de Petrópolis pelos atos emanados do seu governo, dando à povoação incipiente a denominação que sempre conservou, demarcando-a e criando-lhe os primeiros serviços de polícia e justiça.

4.9 GALERIA DOS EX-PRESIDENTES

Antecedendo a sessão solene marcada para o dia 12 de fevereiro de 1962, a Câmara Municipal de Petrópolis inaugurou em uma de suas salas a “Galeria dos ex-Presidentes”, destinada a receber o retrato de todos os que, a partir de 1859, exerceram a chefia do Legislativo Municipal. A cerimônia, presidida pelo vereador Miguel Pachá, teve a presença entre outras muitas altas personalidades, do governador do Estado Dr. Celso Peçanha.



CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS

4.10 OUTRAS HOMENAGENS

Em 8 de março de 2013, foi inaugurada na Câmara Municipal uma galeria com fotos das ex-vereadoras. Três são as mulheres que tiveram suas fotos imortalizadas na homenagem: Carmen Felicetti (vereadora de 1989 a 1992), Wilma Borsato (vereadora de 1993 a 1996) e Renata Fadel (vereadora de 2001 a 2004).

Os anais da Câmara Municipal, que também estão sendo restaurados, em relação às atas e documentos das sessões legislativas ao longo de 154 anos de história do legislativo municipal em Petrópolis, desde 1859, até 2003, também são importantes documentos históricos que contam o passado glorioso da Câmara Municipal de Petrópolis e registram os atos, fatos e acontecimentos, bem como a memória dos vereadores e vereadoras que por aqui passaram e deixaram registrados em leis, indicações, moções, resoluções, dentre outros documentos, o seu legado para a posteridade, ajudando a escrever a história da cidade.

O acervo histórico da Câmara Municipal de Petrópolis é um patrimônio inestimável. Ao longo de mais de 50 anos, antes da criação da Prefeitura Municipal de Petrópolis, o legislativo dividiu as tarefas de Executivo e Legislativo na Cidade Imperial, criando leis que até hoje fazem parte da nossa gloriosa história.



CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS

Capítulo 5 - Petrópolis como centro da política fluminense

5.1 PETRÓPOLIS, A CAPITAL DO ESTADO

José Kopke Fróes & Gabriel Kopke Fróes (Em: Registros Históricos)

A cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro foi a capital da antiga capitania e da província até 1834, quando, pelo Ato Adicional de 12 de agosto daquele mesmo ano, que reformou a Constituição de 1824 e criou as Assembleias Legislativas Provinciais, ficou separado o Município da Corte, também chamado Neutro, da Província do Rio de Janeiro.

O decreto de 23 de agosto de 1834 designou a Vila Real da Praia Grande para a primeira reunião da Assembleia Legislativa da província do Rio de Janeiro e a Lei n.º 2 de 26 de março de 1835 declarou a mesma Vila Real da Praia Grande a capital da Província.

Provavelmente os legisladores sentiram a impropriedade de uma vila ser a capital da província. Dois dias depois, a Lei n.º 6 elevou a Vila Real da Praia Grande à categoria de cidade, com a denominação de Niterói, que na opinião de uns significa rio de água fria, enquanto Visconde de Porto Seguro traduz para água escondida e Teodoro Sampaio como mar escondido.

Durante o tempo em que Petrópolis pertenceu administrativamente à Vila da Estrela esteve subordinada, indiretamente, à cidade de Niterói. Tudo isto, porém, cessou felizmente, com elevação à categoria de município, conquista gloriosa, cujo centenário foi bem comemorado.

No tempo do Império, por algumas vezes falou-se na mudança da capital da província que, na opinião de alguns, não estava bem localizada em Niterói. Entretanto, nenhuma providência foi tomada naquele sentido. Proclamada a República, nomeado o governador do estado o Dr. Francisco Portela, viu-se assediado por republicanos fluminenses que desejavam que a sede do governo fosse levada para o interior do território. Não foi, porém, o nosso estado com a primeira administração republicana. O Dr. Portela, por Decreto de 19 de maio de 1890, firmou um contrato absurdo com uma empresa particular, garantindo-lhe juros para construção de uma estrada de ferro entre Niterói e Teresópolis, e inúmeros privilégios por 70 anos para exploração de todos os serviços públicos, neles compreendidos abastecimento de água, luz, esgotos, telégrafos, telefones, bondes, além do direito de desapropriações e outras vantagens, como a construção de edifícios públicos. Para completar, em 6 de outubro de 1890, baixou novo decreto transferindo para Teresópolis a capital do estado do Rio de Janeiro.



CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS

Este e outros desmandos do governador criaram uma situação difícil no estado, até que em dezembro de 1891 sangrentos conflitos agitaram o torrão fluminense, registrando-se mortes em Campos e em Sapucaia. Os revoltosos estabeleceram uma junta governativa em Paraíba do Sul e o governador não conseguiu auxílio federal e, vendo-se perdido, renunciou o cargo.

Em 9 de abril de 1892 foi assinada a 2.^a Constituição Fluminense. Em suas disposições transitórias artigo 18 estava expresso:

“A capital do estado será transferida para local conveniente, a juízo da Assembléia Ordinária, logo o permitiram suas condições financeiras, salvo o caso de surgirem graves acontecimentos, em que o presidente poderá fazer mudança provisória.”

5.2 O PRIMEIRO PRESIDENTE CONSTITUCIONAL DO ESTADO

Eleito para primeiro presidente constitucional do Estado um ilustre médico e político petropolitano, Dr. Tomás da Porciúncula tomou posse em maio de 1892 e viu-se, desde logo, atrapalhado com o contrato firmado pelo Dr. Portela, bem como a mudança da capital.

Tudo, porém, ficaria como antes se não surgisse, em setembro de 1893, a Revolta da Armada, comandada por Custódio José de Melo. Navios de guerra que se encontravam na baía de Guanabara, insurgiram-se contra o governo do marechal Floriano Peixoto. Imediatamente foram cortadas as comunicações marítimas entre o Rio de Janeiro e Niterói.

As forças revoltosas tomaram, depois, de encarniçado combate, a ponta da Armação, que faz parte do território niteroiense e onde se encontravam os depósitos de material bélico da marinha. Era pensamento dos chefes revoltosos ocupar também toda a cidade de Niterói e, com o fito de evitar mais lutas, intimaram o presidente do Estado a comparecer à presença da chefia do movimento e entregar a cidade.

Corajoso e fiel às hostes florianistas, Porciúncula respondeu altivamente à intimação, convidando-os a entendimentos no seu palácio de governo, o que não foi aceito, seguindo-se combates tremendos entre a marinha revoltada e a guarnição de Niterói, que resistiu bravamente, conquistando mais um título para a cidade de Araribóia: A INVICTA.



CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS

Toda a população civil niteroiense abandonou o litoral, fugindo para os bairros e subúrbios do interior. Evidentemente, naquela situação não podia continuar a se reunir a Assembleia Legislativa do Estado, a quem competia votar o orçamento financeiro para o ano de 1894, e proporcionar ao Executivo os meios legais de fazer face ao estado de guerra.

Grande parte dos deputados provinciais fluminenses residia no Rio de Janeiro e tomaram a deliberação de reunir a Assembleia em Petrópolis. A primeira reunião foi realizada em 18 de dezembro de 1893 com a presença de apenas 15 legisladores, deixando-se para o dia seguinte a Ordem do Dia.

Registra-se que o prédio onde funcionou o Legislativo fluminense em Petrópolis foi ocupado pelo Colégio Carlos Werneck, parte antiga, onde havia um grande salão no andar superior, magnificamente decorado, com espelhos e painéis e que servira anteriormente para o funcionamento de um cassino (local do atual Edifício Santo Antônio).

Como se vê do artigo citado da Constituição Estadual, o presidente podia mudar provisoriamente a capital para Petrópolis, ou para onde se julgasse conveniente. Entretanto, homem escrupuloso ao extremo, o Dr. Porciúncula que era petropolitano como já foi dito, e aqui possuía propriedades não cogitou do assunto. Mas, não foi esse o motivo.

Terminado o período monárquico com a presença tão festejada do imperador e sua Corte, contribuindo muito para o progresso de Petrópolis, assunto magnificamente desenvolvido pelo conferencista Wanderley Pinho, muita gente previu que Petrópolis perderia com o advento da República e todas as atividades sofreriam um colapso.

Entretanto, já estavam decorridos mais de 3 anos e a cidade nada sofrera com o fechamento do nobre Palácio Imperial, vazio dos seus esplendores, dos seus móveis e dos seus moradores. A quase totalidade dos membros da antiga Corte que ficara no Brasil não abandonou a cidade.

Baseados em estudos e observações, Petrópolis contou sempre, nos momentos oportunos, com um aliado lúgubre para o seu desenvolvimento: a febre amarela. Aparecida pela primeira vez em 1850 no Brasil, a terrível doença trouxe para a nossa cidade uma legião de moradores do Rio de Janeiro, dentre eles o inolvidável Mauá, que proporcionou às duas cidades uma comunicação rápida com a construção da estrada de ferro e a linha regular de barcas a vapor, causa principal do progresso que de 1854 a 1857 fazia Petrópolis ser elevada à categoria de cidade. Durante o começo da Era Republicana, a mesma doença indesejável se fazia aparecer no verão do litoral brasileiro



CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS

e as cidades serranas ficavam indenes ao grande mal. Mais próxima, mais progressista, Petrópolis era a mais beneficiada.

Todos os seus habitantes e proprietários, mesmo os simplesmente veranistas, não desejavam a transferência da capital fluminense para aqui, como se pode ler nos comentários da Gazeta de Petrópolis, o único jornal que então circulava. Petrópolis não possuía acomodações higiênicas para acomodar de um momento para outro, tanta gente afirmavam uns, enquanto outros alegavam que os veranistas adoravam o sossego e o repouso, que seriam prejudicados pelo movimento das capitais, mas, o verdadeiro motivo estava na vinda de guarnições militares, na época de muito má fama, contando com elementos turbulentos.

Voltando às reuniões da Assembleia Legislativa fluminense em pleno funcionamento em Petrópolis, diremos que, apesar da urgência, foram longos os debates em prol da aprovação do orçamento. Assuntos políticos não podiam ser discutidos pelos deputados, como logo de início fez sentir o presidente da Assembléia. Nem mesmo à imprensa era permitido comentar a situação.

5.3 A CONCRETIZAÇÃO DA MUDANÇA

Na reunião do dia 5 de janeiro de 1894, o deputado João da Costa Campos apresentou ao plenário o projeto que transferia provisoriamente a capital do Estado para Petrópolis. Em 23 de janeiro era aprovado em 3ª discussão e, no dia 30 o projeto foi promulgado pelo presidente do Estado, transformando-se na Lei n.º 50, assim redigida:

“Art. 1.º – É transferida provisoriamente para a cidade de Petrópolis a capital do estado. § 1.º – A efetiva remoção da sede do governo das repartições públicas e dos seus respectivos empregados deverá realizar-se no mais breve tempo possível, podendo, entretanto, o presidente do estado determinar que continuem em Niterói as repartições que ali puderem permanecer, sem inconveniente para o serviço público e em cujo regime fará as alterações tal motivo se tornarem necessárias”, etc.

Em 20 de fevereiro de 1894 instalou-se solenemente a capital em Petrópolis, realizando-se a cerimônia na Secretaria de Interior e Justiça, que começou a funcionar em um prédio ainda existente situado à Rua Sousa Franco, em frente à Rua Buarque de Macedo, com dois andares e porão habitável. Estavam presentes todos os secretários, deputados, o juiz de direito e altas autoridades, lavrando-se uma ata, da qual foi enviada cópia à Câmara Municipal de Petrópolis.



CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS

O palácio do governo foi instalado no prédio da praça Rui Barbosa, aos fundos da Vila Itararé, construída muito mais tarde. É um edifício condigno, tinha um grande jardim à frente, e entrada pela atual Avenida Koeler, que então se chamava Avenida 28 de Setembro.

A Secretaria de Finanças e o Tribunal de Contas ficaram instalados na antiga residência do visconde Ubá, na Rua Silva Jardim, prédio hoje que pertence a UCP. Em frente, na mesma rua situava-se o Arquivo do Estado.

A Secretaria de Obras Públicas ocupou o prédio que existia na Rua Paulo Barbosa, agora ocupado pelo edifício Rocha, e onde funcionou em 1859 a primeira Câmara Municipal de Petrópolis.

O Tribunal da Relação esteve em um sobrado da Rua 15, nas imediações da Casa Copacabana, mudando-se depois para o Palácio Grão Pará, que então possuía grande parque em frente com entrada pela Avenida Quinze. Finalmente, a Secretaria de Polícia ficou instalada no prédio sito na esquina das Ruas Quinze e João Pessoa.

A mudança provisória da capital para Petrópolis foi recebida com indiferença geral pela imprensa, pelo povo e pelo governo municipal, cuja frente se achava um dos maiores administradores do município o Dr. Hermogênio Pereira da Silva, que mais de 10 anos governou gratuitamente, sem nem mesmo ter condução oficial para seu transporte.

A Revolta continuava e de Petrópolis partiam muitas pessoas para ajudar o governo federal a combater os revoltosos. Apesar dos combates, a febre amarela matava mais que as balas. Em um só dia de verão de 1894 faleceram no Rio de Janeiro, 59 pessoas vitimadas pela epidemia.

Baseados no recenseamento oficial de agosto de 1892, dando ao município de Petrópolis a população de 29 mil pessoas, pode-se calcular que, na ocasião da mudança da capital, em fevereiro de 1894 a mesma se elevasse a 35 mil habitantes, pois, achava-se a cidade em plena estação de veraneio, repleta de fugitivos, não só da Revolta como também do mau estado sanitário da capital do país. A iluminação pública era ainda a querosene, estando adiantados, entretanto, os trabalhos para iluminação elétrica, sendo Petrópolis uma das primeiras capitais do Brasil a receber este melhoramento.

O número de bons hotéis era elevado, muito maior que na época presente destacando-se Orleans e Bragança, com mais de 60 quartos, salões para festas e instalação modelar, o Internacional, também grande, nos terrenos da sede social do Petropolitano F.C., à Rua 1º de março, o Alexandra, no Convento de Lourdes, à Rua 7 de Abril, o Oriental depois Europa, na mesma rua com frente para 1º de março, já demolido e que era o hotel dos recém-casados, que ali passavam a lua-de-mel. O Hotel Mills, na antiga casa da Fazenda



CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS

do Córrego Seco, na Rua Marechal Deodoro, e na estação ferroviária o Central, luxuoso e muito procurado, e do Comércio, além de outros menores.

Os meios de condução limitavam-se aos bondinhos puxados por burros, sem trilhos, que faziam o transporte da estação à Cascatinha, pela atual Avenida Barão do Rio Branco. Por várias vezes, a Câmara Municipal abriu concorrência para exploração do serviço de transportes coletivos, sem que aparecessem concorrentes, que sabiam ser o petropolitano daquele tempo um andarilho de grande resistência.

Além dos carros de quatro rodas, havia também os chamados tálburis, em número elevadíssimo, para um passageiro, e que cobravam por longa corrida apenas a importância de 1 cruzeiro, tendo grande procura pelos médicos, pelos vendedores e pelos homens de negócios.

Do Rio para Petrópolis, vinha-se em pequenos vapores muito confortáveis, com salão de refeições, orquestra e tudo que fosse necessário ao viajante, que partindo da atual praça Mauá chegava ao porto de mesmo nome ao fundo da baía, em hora e meia, e junto ao cais tomava o trem até a velha estação, que quase todos nós ainda conhecemos. É evidente que, durante a Revolta, os vapores não funcionavam. Ia-se de Petrópolis ao Rio somente de trem, parando na estação São Francisco Xavier, de onde pela Central do Brasil chegava-se à Praça da República. Mais penoso era o trajeto para Niterói, feito por Magé e Porto das Caxias, com várias baldeações. Assim vieram os funcionários do Estado e os pertences das repartições transferidas.

O entretenimento em Petrópolis contava com o Teatro Cassino, antigo D. Isabel, na Avenida Quinze, junto ao antigo Cinema Capitólio, em cujo terreno está levantado o Edifício Profissional. Era uma casa de espetáculos confortável, com camarotes e ampla plateia, além do grande palco, por onde passaram as maiores celebridades teatrais do Império e da República, mas que por algumas vezes também serviu ao teatro popular e às companhias circenses.

Havia também o Teatro Floresta, cuja entrada era justamente onde existiu o café e bar Coringa, era mais democrata, pois, além de teatro, era frequentemente usado como salão de baile, circo, rinqe de patinação (assoalhado, patins de fibra), local para comícios políticos, festas populares, cujos organizadores não confiavam no tempo quase sempre chuvoso.

Vinte anos mais tarde, com o advento do cinema mudo, os dois velhos teatros foram os pioneiros dessa diversão em Petrópolis, o primeiro com o mesmo nome de Cassino e segundo com a denominação de Rio Branco, ao mesmo tempo em que se levavam oito, dez ou mais pequenos filmes, com intervalos ao fim de cada um, para preparar o outro.



CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS

Em abril de 1894 chegava a Petrópolis a guarnição policial do Estado, composta de elementos escolhidos dentre a tropa, desfazendo-se pouco depois a dúvida sobre o comportamento dos seus elementos nesta cidade. A não ser um ou outro caso, logo punido exemplarmente, os homens portaram-se bem, e a população foi adquirindo confiança. O quartel era no lugar onde se acha o 1.º B. de Caçadores, tendo sido aberta a comunicação pelo bairro do Vale do Paraíso (Valparaíso).

Ainda em 1894, registrou-se a compra da atual Câmara Municipal, antigo palacete Mayrink (adquirido pelo barão de Guaraciaba mais tarde) transação feita pelo Dr. Hermogênio Silva já citado, para principalmente, impedir a instalação de um parque de diversões na praça fronteira, cujo nome encerra também uma curiosidade. Elevada Petrópolis à categoria de cidade, aquela praça teve o nome de Municipal, e quando para lá foi mudada a Câmara, passou a chamar-se Mauá.

O edifício da Câmara de Petrópolis, antes da referida aquisição, ficava, como hoje ainda fica, justamente na confluência dos rios da Avenida Quinze. Na ocasião da mudança da capital, o grande prédio era não só a sede do governo municipal, com todas suas repartições, inclusive a biblioteca, como também o fórum e alguns cartórios, porquanto, demolido o casarão colonial, onde estavam essas, levantava o Estado, pela pessoa do presidente Porciúncula, um majestoso edifício no centro de Petrópolis.

A Revolta da Armada terminou em março de 1894 e aos poucos a situação foi se normalizando. Aberta a sessão ordinária da Assembleia Legislativa em julho, lida a mensagem presidencial dando conta dos acontecimentos, verificou-se que o presidente Porciúncula deixara a critério dos legisladores a questão da capital.

Em 23 de agosto, o mesmo deputado Costa Campos, que apresentara o projeto da mudança provisória para Petrópolis, apresentou outro, tornando-a definitiva. Depois de prolongados debates, em que não faltaram acusações ao chefe do governo de “ser interessado no assunto” o projeto foi aprovado, tornando-se Lei n.º 89 de 1.º de outubro de 1894, que abriu também ao Executivo o crédito necessário, para aquisição ou arrendamento dos prédios necessários à instalação das repartições.

Este acontecimento foi recebido festivamente, dando lugar a grande foguetório, comícios, *marche aux flambeaux*, sendo vivamente aclamado o Dr. Porciúncula. Somente em outubro do mesmo ano foram restabelecidas comunicações por mar entre Rio e Petrópolis. A 31 de dezembro, já novo edifício do Fórum, o Dr. Porciúncula passava o governo do estado ao seu sucessor, outro médico, o Dr. Maurício de Abreu, deixando-lhe elevado saldo financeiro apesar da Revolta e da administração que executara.



CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS

Dentre os colégios que funcionaram em Petrópolis no ano de 1894, citaremos: o Sion, no antigo Palácio Imperial, o Americano, no atual Palácio Itaboraí, o de Santa Isabel e o de Santa Catarina, todos para meninas. Para meninos além do S. Vicente, na Westfália, havia o Padre Moreira, na Avenida Piabanha, o Brasileiro - Alemão do professor Hans Heilborn, na Praça da Liberdade, e o Liceu de Artes e Ofícios, na Rua João Pessoa.

O Ginásio Fluminense, instituto oficial de ensino, foi o único grande serviço prestado a Petrópolis pelo governo estadual durante o funcionamento da capital. Fundado por lei em 1896, na administração Maurício de Abreu, inaugurou-se em 15 de março de 1899, funcionando até 1902, e tendo por diretores o Professor Silva Ramos e o juiz e poeta Raimundo Correia, no prédio da Avenida Piabanha, em frente ao Palácio de Cristal.

Teve por professores Lupércio Hope, Antônio Gabriel Fróis, Luis Alves Monteiro, o major Paixão, Batista Franco, Artur Thiré, Luis Cruls e outros, verdadeiras celebridades do ensino nacional. Seus alunos, figuras destacadas da vida brasileira, foram numerosos, podendo se destacar: Eugênio Gudín, os irmãos David Sanson, os Duque Estrada, Alcindo Baena, Maia Monteiro, Bartlet James, Otávio Tarquino de Sousa, Joaquim e Manuel Moreira da Fonseca, os Miranda Jordão, Fernando Barros Franco, e outros.

5.4 OS REVEZES DOS PRESIDENTES

O presidente Maurício de Abreu teve uma administração serena e, sobretudo honesta. Adquiriu os prédios do Palácio Rio Negro, para sede do governo e o lateral para o Tribunal da Relação, o do Hotel Orleans, hoje Faculdade, onde funcionavam todas as repartições públicas estaduais, e o do Ginásio Fluminense. Ao deixar o governo, o Dr. Maurício de Abreu voltou para Sapucaia, inteiramente pobre, idoso não mais encontrou sua clínica e foi obrigado a aceitar um modesto emprego de coletor em outra cidade fluminense.

A administração daquele não foi feliz. Caiu vertiginosamente a produção de café, base econômica do estado, dando início à terrível crise financeira. Rompeu politicamente com o Dr. Porciúncula e gastou a larga. Durante sua administração veio ao Brasil o general Roca que almoçou na Embaixada Argentina, visitou ligeiramente o Rio Negro, deixou um representante e voltou para o Rio. À tarde daquele dia 12 de agosto de 1899 caiu sobre Petrópolis a maior chuva de granizo da sua história, todas as coberturas de telhas dos prédios ficaram inutilizadas, principalmente os edifícios da Câmara e do Secretariado. À noite, com iluminação feérica, houve festa e baile no Rio Negro.

Mais infeliz ainda foi a administração do Dr. Quintino Bocaiúva que recebeu os cofres do Estado completamente vazios. Endividou o governo, a ponto de perder o crédito



CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS

inteiramente. O funcionalismo estadual chegou a ficar em atraso de vencimentos por 9 meses. A única solução foi fugir para Niterói e começar vida nova.

Várias tentativas foram feitas antes, na Assembleia, por deputados diversos, para a volta da capital fluminense para Niterói, sem resultado. Proposta finalmente pelo presidente Quintino como única solução para crise terrível, foi aprovada, mas depois de uma luta parlamentar tremenda, em que se destacou por Petrópolis o Dr. Artur de Sá Earp. O governo terminou vencendo porque a própria Assembleia resolveu transferir suas sessões para Niterói, antes da mudança. Grande parte dos legisladores residia no Rio de Janeiro, de onde era muito mais fácil ir a Niterói do que a Petrópolis, embora o clima da antiga Praia Grande fosse um sorvedouro de vidas, sempre às voltas com a febre amarela, a peste bubônica e a varíola.

5.5 O ASSALTO À CÂMARA MUNICIPAL - DEPREDACÃO DO PATRIMÔNIO

Em 18 de fevereiro de 1903, realizaram-se em Petrópolis eleições para vice-presidente da República, senadores e deputados federais. Normalmente, aquelas eleições, como ainda aconteceria, não deviam despertar grande interesse.

Mas, como no ano anterior, após agitada batalha política, tivesse sido declarada Niterói, novamente, capital do Estado e aqui permanecesse, sem explicação razoável, o presidente Quintino Bocaiuva que, no episódio se inimizara com os petropolitanos, aquele pleito tivera campanha nervosa e processar-se-ia em ambiente pesado. Durante a votação, sem embargo de manifestações hostis feitas em alguns bairros por partidários do governo do Estado, a ordem pública não chegou a ser perturbada.

À tarde, porém, quando se achava em via de conclusão o processo eleitoral da seção instalada no Paço Municipal, eis que começaram a aparecer na Praça Visconde de Mauá populares em atitude ameaçadora, fazendo prever graves acontecimentos. Esclareça-se que o presidente da Câmara Municipal era o Dr. Hermogênio Pereira da Silva, o mais prestigioso político municipal, que se encontrava, na ocasião, em franca oposição ao governo estadual.

Quando já havia regular massa de populares em frente ao edifício da Câmara, instintivamente, os que lá dentro se encontravam resolveram fechar as portas de acesso.

Foi fogo no rastilho. Os populares, com absoluta omissão das autoridades policiais, arrombaram as pesadas portas e penetraram no prédio. Na portaria, sovaram o velho porteiro da casa que teve um dos braços fraturados; - na Sala das Comissões, mataram a



CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS

pauladas o servidor municipal Joaquim Tavares; e, em outros locais, esbordoaram a valer mais quatro funcionários que não haviam conseguido fugir pelos fundos.

Depois, passaram, com fúria intensa, a depredar o prédio. A artística balaistra do grande vestíbulo foi arrancada e atirada longe; no majestoso salão nobre, reduziram a estilhas o belo mobiliário e espatifaram espelhos, vidraças, reposteiros e quadros. Nem o retrato de Floriano Peixoto escapou.

Nas demais salas a destruição prosseguiu, sendo inutilizados móveis, relógios, instrumentos, livros e documentos. Os prejuízos causados ao Paço Municipal, o edifício-orgulho da cidade, foram consideráveis, elevando-se, segundo cálculo oficial, em cerca de cem contos de réis. Uns dez milhões se calculados em valores atuais.

O presidente Hermogênio Silva não se intimidou com a violência e protestou energicamente junto ao governo do Estado contra o atentado, acusando, como seus autores, elementos da própria polícia estadual. E fez mais: levou os fatos, pessoalmente, ao conhecimento do presidente da República, Dr. Rodrigues Alves, que acabara de chegar a Petrópolis.

Contra a expectativa geral, o governo estadual determinou a abertura de inquérito policial e processou judicialmente os responsáveis pelos atos de vandalismo. A Câmara Municipal, porém, arcou com os prejuízos materiais do atentado. Além, é claro, do susto pelo qual devem ter passado os edis da época.

Episódios como esse não mais se repetiram ao longo desses 150 anos de história da Câmara Municipal de Petrópolis. Aquela revolta de 1903 ficou, para sempre, marcada na história da Cidade Imperial, como uma chaga aberta no passado glorioso do Poder Legislativo. Ela configura - felizmente - um capítulo à parte, fruto da irresponsabilidade de alguns.



CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS

Capítulo 6 – O conjunto arquitetônico da Câmara Municipal

6.1 A PRAÇA MUNICIPAL

Existem muitas curiosidades que até hoje rodeiam a história da Câmara Municipal de Petrópolis. A da "Praça Municipal", hoje "Visconde de Mauá", é considerado por historiadores um dos fatos mais obscuros da nossa história. A praça não fora prevista no plano da Cidade, elaborado por Koeler, como nos conta em seu estudo, Carlos Oliveira Fróes. Uma delas dá conta da nomenclatura da praça, desde o Império, conhecida como "Municipal", sem que ainda houvesse quem cogitasse a implantação do Paço Municipal ali, o que só aconteceu em 1894.

O título de "Municipal", há quem diga, começou a ser defendido ainda no início da década de 1850, quando alguns petropolitanos já aspiravam a elevação do município à categoria de Cidade. Naquele tempo, começava a surgir um espírito de participação política maior entre os habitantes da então Colônia de Petrópolis. De forma fraca, começavam a surgir através de várias personalidades de destaque na cidade os ideais de emancipação.

6.2 A IMPORTÂNCIA DE ALBINO DE CARVALHO

O Diretor da Colônia, Albino de Carvalho, durante o Exercício de 1853, deu os primeiros passos para concretização de suas ideias sobre a "Praça Municipal" e determinou ao Engenheiro da Colônia, a elaboração de um projeto arquitetônico para a edificação de um artístico chafariz no centro dela.

E, pretendendo dar maior realce a essa obra, encomendou na Itália um grande "vaso de mármore apoiado num pedestal". O único "testemunho ocular" de que a Praça Municipal, com seu elegante chafariz ao centro, foi realmente construída, veio da parte do historiador Carlos Augusto Taunay em sua obra "Viagem Pitoresca a Petrópolis" - 1862, quando mencionou ter visto "um *square* ornado, no centro de uma urna sobre pedestal, donde brota água (sic)".

Tão oportuna observação foi captada por Gabriel K. Fróes e divulgada em sua crônica, citada no início desta monografia. Além do mais, tal informação permitiu nos inferir que a imagem dessa praça criada em 1853, perdurou, pelo menos, até 1862. O "Chafariz da Praça Municipal" não era, apenas, um elemento decorativo. Na realidade era o terminal do primeiro sistema de abastecimento público de água para Petrópolis.



CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS

Tal sistema havia sido concebido em 1851, durante a gestão do Diretor da Imperial Colônia José Luiz de Azeredo Coutinho, o qual chefiou uma Comissão nomeada pela Província, da qual faziam parte o Brigadeiro Pinto Peixoto e o Comendador Pedro José da Câmara. A elaboração do projeto de engenharia e o início da construção só vieram a ocorrer na gestão do Diretor Albino de Carvalho.

A continuação e o término das obras foram realizados na gestão do Diretor Jacyntho Rebello. Esses três Diretores da Colônia contribuíram decisivamente para a concretização, não só do Sistema Público de Abastecimento de Água de Petrópolis, mas também, para a edificação da Praça Municipal. Em absoluta coerência com as ações desenvolvidas por Albino de Carvalho em relação a essa importante obra pública, pode ser tirada uma conclusão: a Praça Municipal, base para o Terminal do Sistema de Abastecimento Público de Água de Petrópolis, solenizada por meio de um artístico chafariz, configurou a reserva de um espaço em torno do qual poderiam ser edificados os prédios públicos essenciais a uma pretendida Cidade, Sede de Município e Cabeça da Comarca.

6.3 A PRAÇA VISCONDE DE MAUÁ

Estranhamente, nos contam os historiadores que o *affair* pela denominação da "Praça Municipal" durou pouco tempo, mais precisamente, os seis anos que antecederam a instalação da primeira Câmara Municipal de Petrópolis (1859), ainda no Império. A partir da instalação da Câmara, que se deu em 17 de junho de 1859, funcionou em quatro sedes provisórias diferentes - por quase 40 anos de sua existência, antes de adquirir do Barão de Guaraciaba o Palácio Amarelo que concretizou como sendo sua sede própria. Essas sedes existiam nas ruas Paulo Barbosa, do Imperador e da Renânia, todas bem distantes da "Praça Municipal".

Sendo assim, esse título, aos poucos, veio perdendo o seu brilho e pompa, bem como o seu significado. O logradouro, em visível decadência, passou a ser conhecido pelos nomes de "Largo Mayrink" ou pelo seu antigo tratamento de "Largo da Imperatriz". Foi a própria Câmara Municipal quem colocou uma pá-de-cal definitiva nas aspirações daquele logradouro ser conhecido como a "Praça Municipal". Em sessão deliberativa, no apagar das luzes do Segundo Império, a praça foi denominada de "Visconde de Mauá", como é chamada e conhecida até hoje.



CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS

6.4 O CHAFARIZ - A ÁGUIA E A COBRA

Da obra de arte que está instalada na Praça Visconde de Mauá, pouco se sabe. A representação da águia brigando contra a cobra é misteriosa e os habitantes mais antigos da Cidade costumam brincar que retrata o fisco municipal enganando o cidadão contribuinte. Sabe-se porém que ele foi mandado construir por resolução da Câmara Municipal tomada em sessão de 28 de janeiro de 1899.

O construtor da obra de arte e provável idealizador do chafariz foi o arquiteto Heitor Levy que recebeu dois contos de réis (uma pequena fortuna em valores da época) pelo trabalho. O chafariz da Câmara Municipal encanta pela sua beleza e ajuda a construir um belíssimo ambiente formado ainda pelo Palácio Amarelo.



CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS

Capítulo 7 – Adaptando o Palácio Amarelo ao Legislativo

7.1 COMPRA, ADAPTAÇÃO E OBRAS ARTÍSTICAS DO PALÁCIO AMARELO

No capítulo anterior dessa pesquisa histórica, abordamos a arquitetura da Praça Visconde de Mauá, localizada em frente ao prédio da Câmara Municipal e que abriga um enigmático e maravilhoso chafariz. A partir de agora, iremos a recompor a história do Poder Legislativo em sua sede própria, um sonho de longa data que se vê concretizado. O início é adequar o palácio às necessidades do poder público municipal.

Essa parte da história da Câmara começa precisamente no dia 5 de julho de 1894. De um lado da mesa, o Barão de Guaraciaba, de outro, o presidente do Poder Legislativo, vereador Hermogênio Silva. O tabelião Gabriel José Pereira Bastos, lavrou a escritura do terreno localizado nos prazos de terra da Fazenda de Petrópolis de números 127, 128 e 129, fazendo testada para a Praça Visconde de Mauá e formando uma superfície de 1.275 braças quadradas.

A resolução de número 27 da Câmara Municipal - dava autorização à administração pública de adquirir o imóvel, autorizando a aquisição de empréstimo da ordem de 160:0000\$000. Por 60:000\$000 (sessenta contos de réis) a Câmara adquiriria a sua tão sonhada sede própria. Com o restante do dinheiro, deveriam ser tomadas providências no sentido de adaptar aquele belíssimo palacete às necessidades da municipalidade. No dia 26 de julho de 1894, foi apresentado à Câmara um orçamento de 50:966\$870 (cinquenta contos, novecentos e sessenta e seis mil, oitocentos e setenta réis) mais as plantas da obra, sendo autorizada abertura de concorrência pública para execução.

Entre as quatro propostas apresentadas à época por construtores do município, foi aprovado o orçamento de Manuel Francisco Quinteiro (47:500\$000), habilitado para a execução das obras, conforme constam os documentos da época, não só por ter apresentado o menor preço, mas também "devido à habilitação profissional do construtor". O parecer do engenheiro contratado pela municipalidade, Harald Bödtker, para avaliar as propostas foi favorável a Quinteiro. Mesmo sendo o vencedor do processo licitatório, o construtor não levaria a obra até o fim.

Em 21 de setembro daquele mesmo ano, um mês depois de iniciada, a obra foi paralisada. O próprio empreiteiro suspendeu as obras porque não era mais possível dar continuidade às intervenções. O engenheiro Bödtker constata após demolição parcial do prédio para a realização dos melhoramentos, o péssimo estado do madeiramento, barroteamento e de algumas paredes. Para dar prosseguimento à obra pré-concebida, seria necessária a demolição de quase todo o prédio.



CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS

Como nos conta o historiador Gabriel Kopke Fróes, a Comissão de Obras da Câmara Municipal foi chamada a opinar sobre o caso e sugeriu a anulação do contrato, em consonância com o parecer do engenheiro responsável pelo projeto. O vereador Gabriel José Pereira Bastos propõe que as obras sejam realizadas por administração da própria Câmara, o que acelera o ritmo dos trabalhos. Em maio de 1895 já está sendo posta à venda os materiais que não mais teriam utilidade, retirados da parte demolida do prédio.

Em 5 de agosto de 1895, o Poder Legislativo contrata o arquiteto Henrique Levy, para a construção da magnífica obra de arte do teto do Salão Hermogênio Silva onde ainda hoje ocorrem as sessões plenárias da Câmara Municipal. A obra de arte mede 16,60 metros de comprimento e 6,60 de largura, incluindo a cornija² principal em roda, tendo 40 centímetros de altura.

Ao mesmo escultor foi também encomendado o revestimento das duas cúpulas por cima dos terraços, cobertas com ornatos e figuras compreendendo: a) a cobertura em forma de folhas ou escamas, fundida em massa de cimento; b) a coroa em forma de flor e uma bola que serve para base da figura da Vitória, sendo uma para cada cúpula, fundida em massa de cimento em competente armação de ferro; c) as duas figuras deveriam ser fundidas em massa de cimento com armação de ferro por dentro; d) seis figuras representando grifos com duplo corpo de leão e um par de asas, a serem colocadas nos cantos da frente e lados da balaustrada em baixo das cúpulas.

Contam ainda as anotações de Gabriel Kopke Fróes que, pela execução de todo o serviço o escultor receberia 12:500\$000 (doze contos, quinhentos mil réis). A 27 de dezembro do mesmo ano, com o prazo de quatro meses para concluir, o escultor Henrique Levy contrataria, pelo preço de 9:500\$000 a execução de mais as seguintes obras de arte: 1^a) ornamento dos frisos com ornatos, arquitrave, capitéis, coríntios e mais obras do salão da altura total de um metro, por baixo da cornija já construída; 2^a) teto do vestíbulo e corredor; 3^a) teto da sala e claraboia, com cimalha, arquitrave e capitéis.

"Os ladrilhos – os belos ladrilhos ainda existentes no adro, no *hall* e no patamar da escadaria interna e nos terraços - foram objeto de concorrência pública, vencida pela firma Amaral, Guimarães & Cia., do Rio de Janeiro, que propôs o preço de 7:250\$000 para fornecimento e assentamento do material, inclusive massame, rodapé etc., com o qual concordou a Câmara em sessão de 12 de março de 1896. A pintura do edifício e a colocação de vidros, inclusive a claraboia, depois de uma inexplicável série de vacilações, foram entregues, enfim, ao empreiteiro de obras Antônio Avelino Barbosa, vencedor da concorrência, conforme deliberou a Câmara em sessão de 1.º de agosto de 1896.



CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS

Esses serviços compreendiam os tetos do salão nobre e dos vestíbulos construídos pelo escultor Henrique Levy, devendo ter-se encarregado da pintura José Huss que, equivocadamente, já foi dado como autor de toda a ornamentação dos tetos do Paço Municipal. Os decoradores dos tetos dos vestíbulos e do salão nobre foram Henrique Levy, escultor e José Huss, pintor, ambos grandes artistas, cuja obra, como muito bem disse Alcindo Sodré, constitua uma das mais belas joias nacionais do g nero.

Os belos tetos do Paço Municipal foram concluídos em agosto de 1896, quando o empreiteiro Antônio Avelino Barbosa requereu o levantamento da caução de 500\$000 que fizera para garantia de execução do servi o de pintura. Na sessão de 22 de agosto de 1896, a Câmara Municipal tomava conhecimento do requerimento de Harald B dtker, arquiteto encarregado das obras – da nova casa da Câmara – e que, tudo indica, deve ter sido o autor do projeto pedindo demissão do cargo por ter que retirar-se para a Europa no mês seguinte.

Assim, Harald B dtker, o homem de extraordinário bom gosto, sobre cuja personalidade nada se conhece, não veria a obra concluída, visto que se retirou do país em setembro de 1896.

O que aí está é o pouco que se conhece da construção do nosso Paço Municipal. A planta do edifício, por exemplo, que tão interessante seria para mostrar, com exatidão, o que foi conservado do prédio antigo, não existe nos arquivos municipais. Nem seu autor se conhece oficialmente, supondo-se apenas ter sido o arquiteto Harald B dtker.

A época de conclusão das obras também não se conhece com precisão. Por estranho que pareça, a inauguração do prédio que, pela sua majestade, deve ter sido uma sensação no fim do século passado, não foi sequer noticiado pela imprensa local. A própria Câmara Municipal, em suas atas, não mencionou quando começou a funcionar na nova casa. De positivo, há apenas duas notícias de “Gazeta de Petrópolis”: uma de 30 de dezembro de 1896, declarando que, a 2 de janeiro de 1897, deveria começar a mudança da Câmara para o novo palácio   praça Visconde de Mauá; e outra, de 31 do mesmo mês, informando que a administração municipal já estava funcionando em sua sede própria.

Sabe-se, porém, que as obras não estavam inteiramente concluídas, quando a Câmara Municipal se mudou do prédio da Avenida 15 de Novembro para o da Praça Visconde de Mauá, visto que, até junho de 1897, foi mantida a turma especial de trabalhadores organizada para o servi o de construção, conforme consta das atas das sessões. A inauguração do majestoso edifício passou, assim em brancas nuvens: sem festa e sem notícia na imprensa.

Referências: (1) Barrote: Trave grossa de madeira para sustentar forros e também para nela se pregarem as tábuas do assoalho.



CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS

(2) Cornija: Ornamento saliente que acompanha a parte superior de uma porta, de um imóvel etc; ornato que assenta sobre o friso de uma obra arquitetônica.



CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS

Capítulo 8 – Histórias do Palácio Amarelo

8.1 A MALDIÇÃO DO ESCRAVO

Alguns registros históricos dão conta de curiosas histórias e lendas que envolvem o prédio da Câmara Municipal de Petrópolis. Uma das mais surpreendentes é a que trata de uma "maldição" que teria sido rogada por um dos escravos que participara da construção do suntuoso palacete.

Teria dito o cativo à época, de acordo com as anotações de Gabriel Kopke Fróes, em anotações reunidas na Internet por Arthur Leonardo de Sá Earp: "Dia virá em que a beleza desse prédio será destruída pela mão do próprio homem!".

José Carlos Mayrink da Silva Ferrão, quando se dispôs a construir em Petrópolis o seu palacete de verão, na verdade, tinha em mente a construção de um prédio que, além da beleza, possuísse resistência ao passar do tempo. Mayrink era um homem severo e enérgico ao extremo conforme contam os historiadores. Assim, uma vez adquirido o terreno, nas proximidades do Palácio Imperial (hoje Museu), passou a exigir o máximo do trabalho escravo aos seus encarregados.

Acontece que, entre os escravos trabalhadores na construção do prédio, havia um que era bastante vingativo. "Carregou material a valer e não houve piso, parede ou telhado que não tivesse recebido o suor do seu corpo robusto". O trabalho, porém, exigiu por demais forças daquele homem que, em dado momento se deu por vencido, com o corpo alquebrado e a alma revoltada. Mesmo tendo se impressionado e alegrado com a beleza da obra, o serviçal - antes de morrer - teria lançado a maldição, uma vez que sua alma já estava completamente tomada pelo ódio.

Passaram-se os anos, e tempos depois morreria Mayrink e o prédio seria alugado e depois vendido, adquirido que foi pelo Barão de Guaraciaba e em seguida tornando-se Paço Municipal, adquirido que foi pela Câmara Municipal. Antes de adquirir o imóvel, de tudo se fez para forçar o Barão a vendê-lo, como a ameaça de construção, na Praça Visconde de Mauá de um mercado público, um "kursal" e até mesmo outro prédio, onde funcionaria a sede da administração municipal. As ameaças, porém, foram em vão e a municipalidade conseguiu adquirir o imóvel, tornando-o um dos mais belos conjuntos arquitetônicos do país, um cartão postal que percorreu todo o mundo. Parecia que a praga do escravo estava afastada definitivamente.

Porém o tempo continuou passando... Aquela paisagem característica - o "cromo feito postal" - já não existe mais. A mata verdejante que circundava todo o prédio e compunha um ambiente de extremo requinte e beleza ímpar fora devastada, o morro



CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS

entrecortado para a construção de um prédio com linhas arrojadadas, destoando completamente com os delicados contornos do Palácio Amarelo. "A maldição do escravo, afinal, vingou". Concluem os historiados que a obra do homem fora destruída - descaracterizada - pelas mãos do próprio homem.

8.2 AUDIÇÃO PÚBLICA DO PRIMEIRO RÁDIO RECEPTOR

Algumas histórias que envolvem o prédio da Câmara Municipal são *sui generis*, como a que fala da primeira audição de um "rádio receptor" em terras petropolitanas. Foi no dia 7 de setembro de 1922, como parte das comemorações do Centenário da Independência do Brasil, que o gerente local da Companhia Telefônica Brasileira, Sr. Reinaldo de Faria, instalou o aparelho no prédio do Legislativo Municipal e convidou algumas pessoas para ouvirem "a nova maravilha do século".

O jornal Tribuna de Petrópolis de 9 de setembro de 1922, noticiara o evento:

"Telefone sem fio. Ainda por nímia gentileza do Dr. Reinaldo de Faria, tivemos o prazer de assistir à inauguração do telefone sem fio, cujo aparelho se acha colocado num canto do salão nobre da Câmara Municipal. Presentes alguns convidados, foi dado aviso para o Rio de Janeiro, de modo que, poucos minutos depois, a assistência pôde tomar conhecimento de um espetáculo inédito, qual o de ouvir a execução de uma música na capital brasileira, e, às 4,30, a parte oratória da solenidade inaugural da Exposição do Centenário.

Longe do local do Pavilhão de Festas do grande certame, os assistentes puderam, por intermédio do maravilhoso aparelho, ouvir os discursos proferidos pelo Sr. Ministro do Interior, pelo Embaixador de França, como representante das embaixadas estrangeiras acreditadas, neste momento, junto ao govêrno do Brasil; e do Presidente Eptácio Pessoa, agradecendo a presença das nações amigas ao comemarmos o primeiro centenário da nossa emancipação política e dando, finalmente, por inaugurada a Exposição Internacional comemorativa do centenário.

A execução dos hinos Nacional e da Independência e os aplausos calorosos foram transmitidos, como o discurso do Dr. Eptácio Pessoa, com uma nitidez extraordinária".



CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS

8.3 UMA VISITA REAL

Foi no dia 29 de setembro de 1920 que o município de Petrópolis foi honrado com a presença dos soberanos belgas. Vindos do município vizinho de Teresópolis, "Alberto I" - O Rei Herói e sua esposa a Rainha Elisabeth, chegaram à nossa cidade por volta das 12h40, vindos pela estrada ainda primitiva que se inaugurava naquela oportunidade. Aqui, ficaram hospedados no palacete da família de Franklin Sampaio, localizado na Praça da Liberdade.

Lá ficaram por pouquíssimo tempo até se dirigirem para o Paço Municipal onde seria servido um suntuoso banquete para suas majestades, oferecido pelo Governo do Estado. Os monarcas estavam acompanhados pelo presidente da república, Dr. Epiácio Pessoa e pelo presidente do Estado, Dr. Raul Veiga. Na Praça Visconde de Mauá, o movimento era muito grande, todos com a curiosidade de ver o imperador belga e sua esposa.

O toque de sentido foi dado para os "batalhões" dos colégios Luzo Brasileiro e São Vicente de Paulo, formados sob o comando do sargento Rafael de Brito. Os pequenos soldados apresentaram armas aos chefes de Estado e a banda de música do 2.º Batalhão de Caçadores executou os hinos nacionais do Brasil e da Bélgica.

A decoração do Palácio Amarelo era riquíssima, até pela importância das visitas que recebia naquela data festiva. SS.MM impressionaram-se com o bom gosto da ornamentação de flores naturais de Petrópolis dispostas em cestas e jardineiras, tudo com muito bom gosto. O conjunto de móveis e cortinas também estava preparado para a ocasião. Belas cortinas e reposteiros em damasco de seda e guarnecidas com móveis ao estilo da época.

O banquete não poderia ser mais suntuoso: à mesa real armada, sentaram-se - conforme nos contam os historiadores - ocupando o centro, a Rainha Elisabeth, tendo à sua direita o presidente Epiácio Pessoa e à esquerda, Raul Veiga; o Rei Alberto, tendo a esposa do presidente ao seu lado direito e à esquerda, a exma. sra. Oscar Weinschenck. As cabeceiras eram ocupadas por Oscar Weinschenck - prefeito de Petrópolis à ocasião e a senhorita Laurita Pessoa, filha do Presidente da República.

As demais autoridades convidadas para o banquete sentaram-se em mesas de dimensões menores postadas ao redor da mesa principal. Ministros e secretários de Estado, senadores, deputados, vereadores, jornalistas entre outros participaram da festa em homenagem aos monarcas. Quebrando o protocolo, o rei Alberto I em dado momento deixou a mesa e foi até uma das janelas da Câmara Municipal para assistir ao desfile dos



CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS

"batalhões escolares", partindo de volta para os seus colégios, motivo pelo qual foi aclamado pelos munícipes pela simplicidade de seu gesto.

Os visitantes belgas ficaram tão impressionados com a acolhida que tiveram em Petrópolis que prometeram aqui voltar algum dia - em caráter particular - para melhor apreciar os encantos de nossa cidade.



CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS

Capítulo 9 – Visitas Presidenciais

9.1 O BAILE DA PONTE - A RECONCILIAÇÃO

Um acontecimento pitoresco ficou registrado na história da Câmara Municipal de Petrópolis. Um baile ocorrido no dia 7 de fevereiro de 1920 no salão nobre do Palácio Amarelo poderia por si só já ser destaque pelo seu ineditismo, porém, o real motivo da organização do evento e até mesmo a forma como foi apelidado de "Baile da Ponte", trouxeram um sabor especial a esse capítulo de nossa história.

Envolvido na organização do suntuoso baile estava o Dr. Raul de Moraes Veiga, presidente do Estado à época e o homenageado seria o presidente da República, Dr. Epitácio Pessoa. Centenas de lâmpadas elétricas davam contornos artísticos às fachadas do prédio da Câmara Municipal. Tal iluminação, de tão intensa, refletia-se por toda a Praça Visconde de Mauá, realçando a beleza dos jardins. As colunas em estilo jônico, do hall de entrada foram ornadas com "festões" de aspargos e hortênsias, arrematadas com tufos de palmeiras, samambaias e avencas.

A mesma iluminação perfeita também realçava as escadarias que davam acesso ao Salão Hermogênio Silva - naquele dia transformado em um belíssimo salão de festas. Cravos americanos ornavam, colocados em delicadas *corbeilles*¹. "Amplios espelhos", como conta Gabriel Kopke Fróes em seus manuscritos, realçavam a decoração do salão principal da Câmara. Os presentes deliravam com a maravilha da decoração, o que levou um cronista local a dizer daquilo tudo: "*o perfume das flores frescas e a luz profusa davam ao local o ambiente do paraíso*".

Uma orquestra composta por trinta professoras dava um toque especial à homenagem que naquela noite seria prestada ao presidente Epitácio Pessoa. O brilho dos cristais, da fina porcelana e da prataria compunham um conjunto de muito bom gosto sobre as duas grandes mesas onde se servira o *buffet* dos convidados. Com o mesmo bom gosto, porém num local mais reservado, no "Salão da Biblioteca", estava armada a mesa que receberia as autoridades principais presentes ao grande baile.

Às 10 horas da noite, quando apenas os primeiros convidados estavam chegando ao prédio da Câmara Municipal, apareceram o presidente do Estado, Raul Veiga, acompanhado de seus principais assessores, sendo recebido pelo prefeito municipal. Às 23h, um momento especial: a banda de música anuncia a chegada do presidente Epitácio Pessoa, tocando acordes do Hino Nacional Brasileiro. O presidente estava acompanhado da esposa e da filha e pelos ministros chefes das Casas Civil e Militar da Presidência.



CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS

O mesmo cronista que enaltecera o brilho da festa anunciou: *"Neste momento, grande já era a assistência. Aqui e ali, rebrilhavam as casacas impecáveis, ao lado das mais ricas 'toilettes'² do mundo feminino que emprestava, com sua graça e suavidade, particular encanto à formosa festa"*. A história nos conta que quase todo o "mundo oficial" esteve presente ao grande baile: ministros e secretários de Estado, embaixadores e ministros de nações estrangeiras, deputados, senadores, ministros do Supremo Tribunal, vereadores, desembargadores, juízes, militares, entre outras autoridades.

Gabriel Kopke Fróes que, com uma incrível riqueza de detalhes anotou o acontecimento em seus rascunhos, registrou também a satisfação do "simpático presidente do Estado, Raul Veiga". Segundo os historiadores, o baile serviu de pretexto para que houvesse uma reconciliação entre o grupo de Veiga e o presidente Epitácio Pessoa - entre os dois inclusive. Raul Veiga, nas passadas eleições presidenciais teria apoiado Rui Barbosa, adversário do vitorioso presidente Pessoa. O presidente do Estado teria dito então *"ter tomado o bonde errado, quando, no ano anterior apoiara a candidatura de Barbosa à Presidência"*.

Assim, ficaria conhecido como "Baile da Ponte", a homenagem prestada por Raul Veiga ao presidente Epitácio Pessoa, edificando uma "ponte", ligando os dois políticos dali para frente

9.2 OUTRAS VISITAS PRESIDENCIAIS

Petrópolis sempre serviu como atrativo turístico para os verões presidenciais. Vários foram os chefes de Estado que ao longo de toda a sua história aqui se hospedaram no Palácio Rio Negro (conhecido como residência oficial dos presidentes da República) e em outros locais como a casa de grandes vultos petropolitanos. Porém, é importante ressaltar que sendo conhecida como Cidade Imperial, no começo da República, os presidentes embora mantivessem a tradição do veraneio oficial, não tiveram o hábito de estar presentes no Paço Municipal, que funciona como Poder Executivo e Legislativo municipais.

Tanto que, desde a Proclamação da República, em 1889, até 1908 os presidentes não faziam visitas à Câmara Municipal até que, Afonso Pena quebrou essa escrita, comparecendo à Câmara apenas para "se despedir", já que deixaria a Cidade no dia 28 daquele mesmo mês, após segundo ele mesmo *"ter passado uma excelente temporada de verão no Palácio Rio Negro"*. Acompanhado de seu filho Salvador Pena e do chefe da Casa Militar, coronel Feliciano Mendes de Moraes, Afonso Pena chega à Câmara às 14h30 onde é recebido por Hermogênio Silva (que funcionava como presidente da



CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS

Câmara e prefeito), além dos vereadores Barros Franco, Sá Earp, Horácio Magalhães Gomes, Aristides Werneck, José Land, Felipe Faulhaber e Otto Hees.

Em um discurso entusiasmado, o presidente da República disse estar impressionado com o progresso da Cidade nos onze anos em que esteve fora do município desde quando aqui residiu em 1898 e, por assim dizer, estaria "convencido do brilhante futuro de Petrópolis", conforme discursou ao presidente Hermogênio Silva e aos demais. Disse ele também estar impressionado com a suntuosidade do prédio da Câmara, o qual classificou como "o [prédio] mais importante de todas as municipalidades do Brasil. A visita, que durou cerca de uma hora, incluiu ainda uma passagem pela Biblioteca Municipal, onde deixou seu nome no livro de visitantes ilustres, terminando no gabinete da Presidência da Câmara Municipal.

Outro presidente que por aqui esteve foi o marechal Hermes da Fonseca, que chegou à Câmara Municipal no dia 1 de abril de 1913, às 16 horas, acompanhado do general Luiz Barbedo, chefe da Casa Militar; Dr. Teodoro Figueira de Almeida, secretário da presidência e do capitão Oliveira Junqueira, ajudante de ordens. Foram recebidos no Palácio Amarelo pelo Chefe do Executivo Municipal, Artur Barbosa, e por Edmundo Hees, secretário da Câmara. Conheceu a planta do município no gabinete da presidência do Poder Legislativo Municipal.

Foi na Biblioteca Municipal do município que o presidente Hermes da Fonseca registrou suas impressões sobre a cidade e, principalmente, sobre aquele órgão público, escrevendo no livro de presenças ilustres o seguinte: "Magnífica impressão levo dessa visita que fiz a essa repartição, principalmente de sua Biblioteca". Hermes da Fonseca lamentou não poder passar mais tempo na cidade, devido a luto recente em sua família, porém prometeu voltar no verão seguinte "mais cedo afim de melhor desobrigar-se de seus deveres sociais para com o povo petropolitano".

9.3 POSSE DE PRESIDENTES DE ESTADO

A Câmara Municipal também foi o palco da posse de dois presidentes do Estado do Rio de Janeiro. No dia 31 de dezembro de 1897, quando assumiu o poder o Dr. Alberto Torres e, três anos depois, findo o mandato desde, em 31 de dezembro de 1900, empossando o general Quintino Bocaiúva. Alberto Torres chegou à Câmara às 12h45 acompanhado pelo seu antecessor, o Dr. Maurício de Abreu, que passaria o cargo.

Foi o presidente Hermogênio Silva quem presidiu a sessão de posse do novo presidente do Estado. A assinatura do livro de posse foi feita com uma caneta de ouro oferecida pelo povo de Niterói. Alberto Torres fez questão de que Hermogênio Silva e os demais



CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS

vereadores presentes assinassem também o livro com a mesma caneta, testemunhando o ocorrido naquela tarde festiva.

A cerimônia foi acompanhada pela nata da sociedade do Estado do Rio de Janeiro e por mil militares, constituídos pelos 1.º e 2.º batalhões, esquadrão de cavalaria de lanceiros e seção de metralhadoras - além de uma banda marcial - que faziam evoluções no pátio externo da Câmara.

Com a conclusão do mandato de Alberto Torres, a Câmara volta a se reunir em Petrópolis, desta vez para empossar o Sr. Quintino Bocaiúva. Sobre o cerimonial, um conhecido jornalista da época disse o seguinte: *"as praxes do regime democrático não deram à cerimônia margem para pompas, para galas que comovessem a população, ferindo-lhes o sentido com o luzir de uniformes vistosos, o tinir de espadas e o troar de artilharia"*. A sessão solene se instalou às 11 horas sob a presidência do coronel Soares Gouveia.

Referências: (1) Corbeilles (Corbelha): Cestilho com flores ou frutas, arranjadas artisticamente.

(2) Toilettes: Traje feminino, com certo requinte, usado em cerimônias, bailes etc.



CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS

Capítulo 10 – As eleições em Petrópolis

10 AS PRIMEIRAS BATALHAS ELEITORAIS EM PETRÓPOLIS

O professor Francisco de Vasconcellos publicou na internet, no site do Instituto Histórico de Petrópolis, um interessante estudo sobre as primeiras campanhas eleitorais que aconteceram na Cidade Imperial em pleno século XIX. Quando Petrópolis ensaiava os seus primeiros passos democráticos, de modo a eleger os seus primeiros administradores, a Câmara Municipal de Vassouras levantava a bandeira em busca de "arejamento" na administração dos municípios da Província.

Augusto Emílio Zaluar, sob o título "O Elemento Municipal", deu conta do arroubo vassourense, na edição de 10 de janeiro de 1858, de "O Parahyba". Tratava-se de um ofício dirigido pela Câmara de Vassouras a todas as demais câmaras fluminenses, solicitando o empenho de cada uma no sentido de obter-se dos poderes provinciais e centrais a municipalização dos impostos da décima urbana, patentes de aguardente, contribuição de polícia e consumo de gado. Cada um desses impostos, dizia Zaluar, *"merece uma discussão séria, para provar-se a necessidade e conveniência de sua municipalização e essa discussão terá sem dúvida lugar mais tarde em nossas colunas"*, nos conta o professor Vasconcellos em seu artigo.

O que se queria era uma espécie de "independência" das províncias e do governo nacional, que fora mais tarde conquistada plenamente com a Proclamação da República. Àquela época, os municípios fluminenses já se queixavam da manipulação de grupos políticos na disputa pelo poder, nada muito diferente do que se vê ainda hoje em dia, em épocas de eleições municipais pelo Brasil afora, sobretudo, nos principais colégios eleitorais das grandes cidades e das capitais.

O texto de Zaluar, publicado no conceituado jornal, dizia mais: *"Os interesses que as Câmaras Municipais são chamadas a promover, são de natureza a repelirem qualquer ingerência do político na sua direção e, tanto embaraço tem este achado em tomar assento nas cadeiras dos vereadores, que coisa de tudo quanto possa ser utilizado em favor de seus manejos, lhes tem sorratamente cassado todos os mais importantes direitos, deixando-os quase reduzidos a simples administradores de obras, para as quais não há fundos"*.

Em relação a Petrópolis, desde o início houve má vontade em relação às eleições municipais na Cidade Imperial, o que tornou o processo conturbado. Tal má vontade se deu desde o processo de elevação da Petrópolis à categoria de cidade. Petrópolis foi elevada à categoria de cidade em 29 de setembro de 1857 e aos 22 de novembro daquele



CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS

ano aconteciam as primeiras eleições municipais. Acontece que o Império ainda era modularmente unitário e centralizador. Das mãos de D. Pedro II saíam as decisões definitivas. Por conta disso, a eleição em Petrópolis foi anulada em 2 de junho de 1858.

No dia 12 daquele mesmo mês, o Ministério dos Negócios do Império expediu ofício dirigido ao presidente da Província do Rio de Janeiro.

"Ilmo. E Exmo. Snr. - Foi ouvida a seção dos Negócios do Império do Conselho do Estado sobre o ofício de V. Excia. Nº 79 de 29 de dezembro do ano passado e documentos que o acompanharam relativos a irregularidades praticadas nas eleições de vereadores que tiveram lugar em novembro do dito ano, nas paróquias de São Pedro de Alcântara e de São José do Rio Preto, pertencentes à nova cidade de Petrópolis e cuja apuração foi feita pela Câmara Municipal da Vila da Estrela, de conformidade com a legislação em vigor e para a execução da lei provincial nº 961 de 29 de setembro do mesmo ano, que criou aquela cidade; e S. M. o Imperador, conformando-se, por sua imediata resolução de 2 do corrente mês, com o parecer da referida seção, exarado em consulta de 23 de maio último, houve por bem anular a eleição da Paróquia de São José do Rio Preto, pelas irregularidades que contra ela se alegam e por não se terem guardado as formalidades exigidas pela lei no seu processo, omitindo-se nas atas as declarações que a mesma lei prescreve como substanciais, para provada observância das disposições garantidoras dos direitos eleitorais; e ordena que se proceda a nova eleição, não só na sobredita paróquia, como também na outra de São Pedro de Alcântara, cuja eleição, conquanto seja válida, não pode, contudo, subsistir, visto que, sendo essas paróquias as únicas do município, podem os votos da de São José do Rio Preto, por poucos que sejam, influir no resultado da eleição municipal. O que comunico a V. Excia., para o seu conhecimento e para que nesta conformidade expeça as ordens convenientes. Deus guarde V. Excia. - Marquês de Olinda".



CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS

Em resposta a esse ofício, Antônio Nicolau Tolentino, Presidente da Província, com base nesse documento, expede em 18 de julho de 1858, esse ofício de resposta.

"Envio à Câmara Municipal da Vila da Estrela, por cópia, o incluso aviso do Ministério do Império de 12 do corrente, pelo qual se declara nula a eleição para vereadores da Câmara da nova cidade de Petrópolis, que teve lugar no dia 22 de novembro, nas paróquias de São José do Rio Preto, e de São Pedro de Alcântara, daquela cidade e, pelas irregularidades que contra elas se alegam, por não se terem guardado as fórmulas exigidas pela lei; afim de que esta Câmara, em obediência a este aviso e de conformidade com o que lhe foi ordenado em portaria de 9 de outubro do ano próximo findo, expeça as suas ordens para que tenha lugar a nova eleição no dia 7 de setembro do corrente ano, que marco para esse fim. Antonio Nicolau Tolentino".

Conta a história que a pequena Vila da Estrela estava à bancarrota e procurava emperrar a criação do município de Petrópolis, o que poderia contribuir para seu fracasso e desaparecimento, o que de fato mais tarde iria ocorrer. Remígio de Senna Pereira, a despeito disso, escreve na edição de 2 de setembro de 1858, de "O Parahyba": "*É injustificável o procedimento da Câmara Municipal da Estrela a respeito da eleição de Petrópolis, marcada para o dia 7 de setembro pela presidência da Província.*

A eleição de fato, só ocorreu no dia 12 de setembro, como noticiou "O Parahyba", estampando a lista dos vereadores mais votados na ocasião: Augusto da Rocha Fragozo; Albino José de Siqueira; Manoel Francisco de Paula; Thomaz José da Porciúncula; Inácio José da Silva; Henrique Kopke; Pedro José da Câmara; João Baptista da Silva; Amaro Emílio da Veiga. Conta o nosso historiador Francisco de Vasconcellos que, por incrível que pareça, mais uma vez aquela eleição seria anulada pelo Ministério do Império, a 12 de janeiro de 1859.

Uma terceira tentativa de se eleger a primeira Câmara Municipal de Petrópolis e o município se desvencilhar de vez de Vila da Estrela aconteceu e as eleições foram marcadas para o dia 13 de março de 1859, as quais transcorreram sem qualquer problema. Os votos foram apurados e a eleição validada. Finalmente, os vereadores tomam posse no dia 17 de junho de 1859. A partir de então Petrópolis poderia se considerar cidade de direito e de fato. Revendo a história, mesmo depois de ser elevada



CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS

à categoria de Cidade, por ato da Assembleia Provincial, dois anos se passaram para que Petrópolis se tornasse cidade "de fato".

Enfim, fora empossada a primeira Câmara Municipal de Petrópolis, aos 17 dias do mês de junho de 1859. Assim nos conta a história e o nobre professor Vasconcellos que retrata a posse da primeira Câmara Municipal, depois de um conturbado período eleitoral:

"Estiveram presentes ao ato da posse, os vereadores Albino José de Siqueira, Augusto da Rocha Fragoso, Manoel Francisco de Paula, João Baptista da Silva, Manoel Candido do Nascimento Brito e Ignácio José da Silva.

Faltaram Amaro Emilio da Veiga, pelo motivo já explicado, o Dr. José Calasans Rodrigues d'Andrade, por ter mudado sua residência para Niterói e o Dr. Thomaz José da Porciúncula, por ter sido menos votado que o outro vereador com quem tinha relações de parentesco (Manoel Francisco de Paula) já que a lei eleitoral não permitia a contemporaneidade de parentes no exercício da vereança.

Num prédio da rua Paulo Barbosa, primeira sede da Câmara Municipal de Petrópolis, deu-se a solenidade da posse, com discursos trocados entre o Presidente da municipalidade da Estrela e o da desta urbe, Albino José de Siqueira.

Houve "Te Deum", recepção no Hotel Bragança e baile popular no mesmo local, como complementos das festividades que marcaram aquele histórico dia 17 de junho de 1859.

Fechava-se ali o círculo de fogo que envolvera Petrópolis durante mais de dois anos, pela sua ousadia de pretender figurar um tanto prematuramente, entre as comunas fluminenses".



CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS

Capítulo 11 - O Governo Municipal na monarquia

Quem nos conta essa história é o professor Artur M. Pouperio em interessante estudo publicado na página que reúne as anotações de Gabriel Kopke Fróes na internet. Depois da independência do Brasil, as 19 províncias existentes no país, entre as quais a Cisplatina, contavam com um presidente cada, nomeados pelo Imperador.

Ao lado de cada um desses presidentes, havia um conselho provincial, esse sim eleito pelo povo, mas era um órgão meramente consultivo, sem poderes deliberativos. Sendo assim, o presidente da província assumiu o papel de grande "soberano" daquela região que administrava.

Conta o professor Artur Pouperio que, para que se consolidasse totalmente a Independência do Brasil, foi preciso acabar não apenas com os redutos de fidelidade portuguesa que ainda existiam no país, mas também com os pruridos¹ republicanos que estavam em vigor em algumas Câmaras Municipais, como as de Minas Gerais e de Pernambuco.

Reunidos em 17 de abril de 1823, os parlamentares, entre os quais os Andradas, elaboraram a Constituição do Império. Os municípios à época não receberam o destaque que mereciam, até mesmo devido a fatores que poderiam desencadear movimentos de autonomia e também devido às constantes agitações políticas.

Homem de Melo, em seu livro "A Constituinte perante a História" (Rio, 1863, pág. 104), escreve que julgavam os constituintes fossem os assuntos municipais próprios da legislação ordinária², razão pela qual talvez não tivesse lhes dado a atenção necessária. A Constituição que surgiu, como nos contam os historiadores da época, foi de tendência esmagadoramente centralizadora, como viemos a observar ser a prática do governo monárquico por muitos anos. Basta saber que o artigo 209 do texto constitucional indicava que os presidentes das províncias seriam indicados pelo Imperador.

O projeto da Carta Magna, porém não foi adiante. Em 12 de novembro daquele mesmo ano, o Imperador dissolvia a Assembléia Constituinte. O Imperador prometera então aos deputados que ele próprio comporia o texto da nova Constituição para ser entregue à apreciação dos deputados.

No dia 26 de novembro, o Imperador nomeia o seu "Conselho de Estado" com a atribuição de preparar o novo texto. Em 25 de março de 1824, era "jurada" a nova Constituição e, só a partir daí foram dados maiores poderes para os governos



CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS

municipais. Estabeleceu-se que os vereadores e os juizes de paz seriam eleitos de voto direto.

Essa nova Constituição trazia alguns arroubos democráticos, como a possibilidade do cidadão intervir diretamente nos negócios de sua Província (artigo 71) que estivessem diretamente relacionados aos seus interesses pessoais. Não muito diferente do que se vê ainda hoje em dia, passados 124 anos de República, a Lei naquela época muitas das vezes se reduzia apenas ao papel, sendo constantemente adulterada e distorcida pelos interesses dos grupos políticos que "imperavam" sobre o país na época. Em outras palavras, naquele tempo, a Constituição era interpretada da maneira que os políticos achavam mais conveniente.

Nos primeiros anos do governo monárquico, pós-Independência, como nos conta o professor Artur Pouperio, a centralização do poder foi a tônica dominante. Mesmo depois das reformas ocorridas, ainda se preservou durante algum tempo o caráter centralista geral do Governo. A vida provincial e municipal gravitava em torno dos presidentes de Província que só existiam em função do governo central. Tomemos como exemplo o caso do Maranhão que de 1824 a 1869, segundo Tavares Bastos em "A Província", contou com 73 administrações exercidas por 53 cidadãos.

No dia 1º de outubro de 1828, por meio de lei ordinária foram regulamentadas as funções municipais como estavam descritas na Carta Magna. Como já observamos ao longo desse texto, a plenitude do sistema político municipal não se deu de forma rápida, devido, principalmente, ao atraso político do povo, bem como à herança dinástica e ao regime absolutista. Por conta disso, só no dia 21 de outubro daquele ano foi possível colocar-se um ponto final nesse impasse, com a regulamentação do processo eletivo das Câmaras Municipais e dos juizes de paz.

Vamos dar um salto na História. Os municípios continuaram durante muito tempo "capengando" e à mercê das administrações provinciais. Em 1868, segundo Tavares Bastos, os municípios dispunham apenas de 25% da renda pública. Conta o professor Artur Pouperio que, em havendo uma necessidade premente de se melhorar a legislação vigente, através de um projeto modificar de lei, o Marques de Olinda, em 30 de agosto de 1862, no Senado, apresenta um projeto de reorganização das Câmaras Municipais.

Joaquim Nabuco sustentava a teoria de relacionar pontos indispensáveis para qualquer reforma municipal, seriam eles: 1) garantias de que as eleições não seriam anuladas pelo poder constituído; 2) garantia de que os legisladores teriam autonomia para discutir e propor leis para a solução dos problemas locais; 3) separação das atribuições legislativas das executivas e garantia de que todos os membros do governo seriam eleitos pelo voto



CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS

direto e não mais nomeados pelo governo ou pela assembleia provincial; 4) receitas próprias para garantir as despesas.

Capítulo 12 - O governo monárquico em Petrópolis

Não muito diferente do que aconteceu nas demais cidades brasileiras, Petrópolis, embora abrigasse o Palácio de Verão do Imperador Pedro II, não fugiu às características que a legislação do Império impusera à época. A história de constituição do município já foi abordado anteriormente nesse estudo. De fato, o que interessa ressaltar nesse capítulo como se compusera a primeira Câmara Municipal no regime monárquico, apenas para ilustrar os comentários que já foram feitos.

Relembrando os fatos: Pela lei da Província do Rio de Janeiro, nº. 397, de 20 de maio de 1846, que criou a Vila de Estrela, Petrópolis foi finalmente anexada ao território dessa e elevada então à situação de freguesia.

O povoado não tinha nem doze anos de existência e já se apresentavam muitos para elevá-lo à categoria de cidade, entre os quais os deputados da Assembleia Geral e Provincial: tenente-coronel Amaro Emílio da Veiga, João Batista da Silva, Ignácio José da Silva, Augusto da Rocha Fragozo, dr. Thomaz José da Porciúncula e João Meyer. A esses se juntaram vários outros: os fundadores dos primeiros jornais petropolitanos - Bartholomeu Sudré, do “Mercantil”, e Quintino Bocaiúva e Emílio Zaluar do “Parahyba”; Henrique Kopke, conhecido professor; Carlos de Barros Falcão Cavalcanti de Albuquerque Lacerda, alferes e depois secretário da Câmara na primeira legislatura; dr. Manuel de Melo Franco, médico; e, sobretudo, o barão de Mauá, pioneiro de nossas estradas de ferro e que muito contribuiu para o fácil acesso da Capital do Império a Petrópolis.

Entre todos esses nomes, na elevação do povoado à categoria de cidade é vulto ímpar Amaro Emílio da Veiga, o Coronel Veiga, grande defensor da ideia, pela qual combateu sem trégua nem esmorecimento, como contam os registros históricos e o professor Artur Pouperio.

Na sessão da Assembleia Provincial de 1856, o Cel. Amaro Emílio da Veiga apresenta um projeto elevando Petrópolis à categoria de Cidade. Os deputados Luís Peixoto de Lacerda Werneck e Saldanha Marinho apresentam uma emenda aditiva para inclusão no mesmo texto emancipacionista as Vilas de Valença e de Vassouras. Luís Antônio Barbosa, presidente da Província, veta o projeto.

Historiadores contam que tal iniciativa não era de agrado do Imperador, embora nenhum registro oficial da época confirme a informação. O Coronel Veiga voltou a insistir no assunto e o veto foi derrubado por 18 votos a 4. Submetido novamente ao



CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS

presidente da Província, este não quis sancionar o projeto. Como o prazo decorreu sem que a Província se pronunciasse, o presidente da Assembleia Provincial promulga a Lei n.º 961 em 29 de setembro de 1857.

Para finalizar esse capítulo, transcrevemos *ipsi literis* trecho do artigo do professor Artur M. Pouperio que trata da composição do governo municipal na monarquia, em plena Cidade Imperial.

"A cidade, porém, que na Europa implicava em território livre, no caso de Petrópolis passou a assentar-se sobre terra enfundada à família imperial, e que não deixa de ser, na espécie e no Brasil exceção rara e digna de nota.

Ganhando fôros de cidade, perdeu Petrópolis a contribuição de 100:000\$000 que lhe dava, à guisa de auxílio, a fazenda imperial, para passar a ter a minguada receita de cerca de 8:000\$000. O primeiro projeto de orçamento da receita e despesa importou em 6:550\$000 para o segundo semestre de 1859, o segundo em 8:800\$000 para o ano de 1860.

O primeiro projeto de orçamento não logrou, porém, aprovação da Assembléia Provincial que, de acordo com a Lei n. 1170, de novembro de 1859, o reduziu para 2:750\$000, como consta, aliás, da ata da Câmara Municipal de 23-IV-1860.

Sempre solícito com a sua "menina dos olhos", que jamais abandonou, não deixou, contudo, o Imperador de providenciar recursos provinciais para que nada faltasse ao novel município.

Como nos informa o Dr. Mesquita Pimentel, em muitos de cujos dados nos temos louvado, em conferência realizada em 29 de setembro de 1939, no Instituto Histórico local, sobre a elevação de Petrópolis à cidade, em 22 de novembro de 1857 realizou-se a primeira eleição para a constituição da Câmara de vereadores, mas por vários e fundamentais vícios foi a mesma anulada em 2 de junho de 1858.

A 7 de setembro do mesmo ano realizava-se, para idêntico fim, uma segunda eleição, ainda dessa vez anulada em 12 de janeiro de 1859. Afinal, em 13 de março de 1859 realizou-se uma terceira eleição, de que resultou a constituição definitiva da Câmara.



CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS

Tais dificuldades eleitorais são suficientes para se perceber claramente que o município, aqui como alhures, não estava ainda em condições de viver os avançados textos legais de então, de inspiração democrática, que não condiziam de modo algum, com a modesta realidade política de nosso meio.

Não obstante, em 17 de junho de 1859 instala-se a Câmara local sob a presidência do segundo vereador mais votado, Comendador Albino José de Siqueira, em substituição ao primeiro mais votado, Cel. Amaro Emílio da Veiga que, por ser militar da ativa, não tivera, agora por questões óbvias, permissão, por parte do Ministro da Guerra, para desempenhar o mandato municipal, embora por duas vezes já houvesse exercido a deputação.

Segundo informações de Walter Bretz, de cujo artigo publicado na “Tribuna de Petrópolis”, em 17 de junho de 1919 colhemos valiosos subsídios nêsse particular, a primeira legislatura funcionou no prédio da rua Paulo Barbosa 12, onde se encontra hoje construído o edifício Rocha.

Posteriormente veio a Câmara a funcionar no sobrado existente na esquina das ruas Imperador e Bourbon, hoje respectivamente Quinze de Novembro e João Pessoa.

Em seguida, mudou-se para o antigo prédio da família Kallembach, defronte á Bacia, no ponto mais central de Petrópolis.

Em razão, porém, das sucessivas enchentes, passou a Câmara a funcionar por algum tempo no sobrado anteriormente ocupado pela Farmácia Simas, na Av. Quinze de Novembro.

Mais uma vez, voltou ainda para o prédio da família Kallembach, ao qual já nos referimos e de onde só saiu depois de proclamada a República.

Por motivos óbvios, adotou o novel município, provisoriamente, o Código de Posturas vigente na vila da Estrêla, o que foi aprovado pelo govêrno provincial em 7 de julho de 1859.

Algum tempo depois, oferecia o Dr. Dario Raphael Callado à Câmara um projeto de posturas municipais por êle formuladas.



CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS

Em 18 de outubro de 1861, afinal, foi constituída a Comissão encarregada de organizar o Código de Posturas próprio, dela passando a fazer parte Ricardo Narcizo da Fonseca, Dr. Francisco Ferreira de Assis Pinto e José Antonio da Rocha, êste conhecido vulgar e jocosamente por Rocha Código.

Só, porém, em 31 de janeiro de 1862 foi apresentado o projeto á discussão e aprovação da Câmara, para transformação posterior em lei.

Do manuseio minucioso que fizemos dos livros de ata das sessões da Câmara, nada de peculiar nos chamou em especial a atenção, quanto aos trabalhos das várias legislaturas desenroladas. No meio da regulamentação do serviço de matança do gado e dos cemitérios, não vemos senão atos de rotina administrativa, inclusive no julgamento de concorrências públicas, entre as quais se pode citar por seu maior interêsse, a que se abriu para dar a Petrópolis iluminação e de que saiu vencedor Bartholomeu Pereira Sudré, em 15 de setembro de 1862.

Não faltou, porém, a Petrópolis o alto senso das responsabilidades cívicas que dela, por sua especial formação étnica e pela alta influência que sempre sôbre ela exercera o Imperador era de se esperar.

De fato, por ocasião do incidente suscitado entre o govêrno Imperial e o agente do Govêrno britânico, na calorosa questão Christie, não havia de o município petropolitano ausentar-se, diante de tão grave conjuntura nacional. Não hesitou, por isso, em, a 27 de janeiro de 1863, abrir publica subscrição para auxílio da defesa do país, para a qual trouxe a significativa soma de 6:970\$000, que ultrapassou a receita anual do município.

Atos como êsse bem denotam a fina estirpe moral de que se originou Petrópolis, onde, por tôda a sua bucólica paisagem jamais nos defrontamos com as maltas de vadios e malandros, características de tôdas as pequenas e grandes metrópoles do país, inclusive da própria Capital da República. Petrópolis é uma cidade ativa e tranqüila, entre as que mais o sejam.



CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS

Por isso, sobretudo, e não só pela amenidade de seu clima, por sua beleza paisagística e topográfica".

Referências: (1) – Prurido: 1. Impaciência, tentação. 2. Grande desejo.

(2) - Legislação Ordinária: legislação municipal de ordem comum.

Capítulo 13 – Prefeitura Municipal de Petrópolis

Com a publicação desse capítulo, que se iniciou em julho de 2003, encerramos o "Arquivo de Memória Legislativa", um projeto ousado e desenvolvido pela Assessoria de Imprensa da Câmara Municipal de Petrópolis no biênio 2003/2004, desenvolvido e coordenado pelos jornalistas Fabiano Marçal e Edyr Dias Raposo, sob a orientação da Mesa Diretora do Poder Legislativo Municipal, sob a presidência do vereador Lucélio Ribeiro.

A proposta inicial era que se fizesse o resgate da memória histórica do Poder Legislativo Municipal, já que não haviam dados relevantes sobre a Câmara ou sobre os vereadores que a compuseram ao longo de quase 150 anos de existência dessa Egrégia Casa de Leis. Inúmeros registros foram pesquisados pela Internet e em documentos históricos publicados em jornais, livros, revistas etc. O resultado desse grande trabalho foi publicado em dois volumes, retratando os aspectos mais importantes, curiosos e de relevância histórica da nossa Câmara Municipal. Agora esse estudo fica para a posteridade e, possivelmente, no futuro possa ser enriquecido e acrescido de mais detalhes pelos que nos sucederem.

Reservamos para a conclusão desse trabalho, a pesquisa histórica de José Kopke Fróes publicada na Internet e que dá conta da criação da Prefeitura Municipal de Petrópolis. Por ser um texto tão rico em detalhes, vamos transcrevê-lo quase que na íntegra para que os pesquisadores possam ter contato com a riqueza histórica dessa pesquisa. A Prefeitura Municipal de Petrópolis foi criada pelo Decreto 1.496 de 26 de julho de 1916 do então Presidente do Estado do Rio de Janeiro, Nilo Peçanha. A função de Chefe do Executivo veio a substituir o de Presidente da Câmara. Os registros históricos dão conta de uma disputa de forças, à época, entre Nilo Peçanha e o então presidente da Câmara, Hermogênio Silva, que tinha a função de prefeito da Cidade.



CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS

Nilo Peçanha nomeou por ato de 30 de julho, nomeou Prefeito o grande cientista brasileiro Dr. Osvaldo Gonçalves Cruz. Devido ao estado de saúde precário do cientista e estando impedido o Presidente da Câmara Dr. Leopoldo Bulhões, assumiu interinamente o cargo o Dr. Cândido Ferreira Martins em 8 de agosto de 1916, transmitindo-o no dia 18 seguinte ao Prefeito efetivo Dr. Osvaldo Cruz, que governou o Município sabiamente até 31 de janeiro de 1917, data em que solicitou licença para tratamento de saúde, como nos conta João Kopke Fróes:

"Um dos últimos atos do dr. Nilo Peçanha, ao deixar a presidência do Estado para assumir o Ministério das Relações Exteriores, foi nomear o competente engenheiro Oscar Weinschenck para Prefeito de Petrópolis, cargo que assumiu em 5 de maio de 1917, permanecendo até 1922, com vários intervalos: de 8 de agosto a 30 de setembro de 1918, foi substituído pelo sr. Artur Alves Barbosa, vice-presidente da Câmara; de 11 de agosto a 30 de setembro de 1919 e de 8 de março a 25 de maio de 1920 pelo dr. Eugênio Lopes Barcelos, vice-presidente da Câmara; de 2 a 27 de julho de 1920 e de 30 de agosto de 1921 a 6 de maio de 1922 pelo dr. José de Barros Franco Júnior; presidente da Câmara; de 10 de junho a 23 de setembro de 1922, pelo dr. Eugênio Lopes Barcelos, novamente.

Nesta última data de 23 de setembro devia tomar posse do cargo de Prefeito o sr. Artur Alves Barbosa, que em eleição anterior havia vencido o dr. Joaquim Moreira. Entretanto, este recorreu contra o resultado, voltando o dr. Barros Franco a assumir a Prefeitura, permanecendo até 31 de janeiro de 1923, dia em que passou o cargo de Prefeito ao dr. Alcindo Sodré. Pouco depois, o dr. Joaquim Moreira obteve ganho de causa no Tribunal da Relação do Estado, e a 7 de março de 1923 tomava posse perante o Juiz de Direito de Petrópolis, porque a Câmara Municipal, negava-se a dar número, ficando, por fim, legalizada a situação com a presença de três vereadores.

O Estado do Rio estava sob intervenção federal sendo Interventor o dr. Aurelino Leal que, pelo Decreto n. 1.975 de 22 de agosto de 1923, resolveu dissolver as Prefeituras e Câmaras Municipais, nomeando o dia seguinte Prefeito interino de Petrópolis o dr. Oscar Azevedo Marques, diretor



CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS

de engenharia da administração do dr. Moreira, que tomou posse imediatamente. Marcadas as eleições de Prefeitos e Vereadores para 18 de maio de 1924, o dr. Azevedo Marques, por haver se candidatado à vereança, passou o cargo em 16 de abril daquele ano ao dr. Antônio José Romão Júnior, nomeado Prefeito interino pelo governo fluminense.

Realizadas as eleições na data mencionada, o dr. Joaquim Moreira venceu ao dr. Eugênio Barcelos, e na sessão da Câmara de 1º de setembro de 1924 entrava em exercício do cargo de Prefeito, passando-o na mesma hora ao dr. Oscar de Azevedo Marques, Presidente do Legislativo, alegando não poder acumular o referido cargo com o de Senador, que já exercia. Quando o Senado entrava em recesso, no verão, o dr. Moreira reassumia a Prefeitura de Petrópolis, para depois entregá-la ao vereador mais credenciado. Assim em 3 de maio de 1925, o cargo de Prefeito coube ao dr. Henrique Jorge Rodrigues, substituído em 1º de dezembro de 1925 pelo dr. Ernesto Crissiúma Filho, por alguns dias, até a volta do dr. Moreira. Em 30 de abril de 1926, foi empossado o dr. Francisco de Avelar Figueira de Melo, primeiro petropolitano nato a exercer o cargo de Prefeito de Petrópolis.

Nas eleições de 10 de abril de 1927, o dr. Antônio Joaquim de Paula Buarque, por 1988 contra 1847 votos; diferença de 141, venceu ao dr. Joaquim Gomensôro, tomando posse em 10 de agosto de 1927, perante o Juiz de Direito, e depois na Prefeitura perante o então Diretor de Fazenda sr. Gabriel Kopke Fróes, por terem surgido complicações com a Câmara eleita no mesmo dia, e que seria empossada a 3 de setembro seguinte. Em 31 de dezembro de 1929 foi empossado mais um Prefeito eleito, o sr. Ari Barbosa que, em 24 de outubro de 1930, perderia o mandato com a vitória da Revolução. Provisoriamente, assumiu o cargo o Coronel Romão Veriano da Silva Pereira em 27 de outubro de 1930, substituído pelo engenheiro Iêdo Fiuza em 19 de dezembro do mesmo ano.

Graves acontecimentos registraram-se em Petrópolis no final da primeira administração do dr. Fiuza, culminando em 31 de dezembro de 1934, quando devia tomar posse outro



CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS

Prefeito nomeado pelo Interventor do Estado, substituído daquele engenheiro, mas, não chegou a fazê-lo, desistindo da nomeação. Para conciliar o estado de cousas, a Interventoria nomeou o então Coletor Estadual nesta cidade, sr. José de Carvalho Júnior, digno e ilustre petropolitano nato, que seria a segundo a ocupar aquele cargo máximo, que conseguiu apaziguar a situação honrosamente. O sr. Carvalho Júnior governou de 5 de janeiro de 1935 a 13 de fevereiro de 1936, dia em que, nomeado, novamente voltou o dr. Iêdo Fiuza. Marcadas as eleições de Prefeito e Câmara para 5 de julho de 1936, o dr. Fiuza pediu exoneração, afim de candidatar-se, e passou o cargo ao Prefeito nomeado sr. Nestor Ahrends em 15 de maio de 1936.

Vencedor nas urnas, o dr. Iêdo Fiuza tomou posse durante o Câmara em 5 de agosto de 1936, mas, no mesmo dia, atarefado com a direção do Departamento de Estradas e Rodagem, solicitou 60 dias de licença, passando o cargo ao sr. Carlos Magalhães Bastos. Em 5 de outubro, voltou aquele engenheiro ao posto pela terceira vez. Já em pleno regime do Estado Novo, o dr. Iêdo Fiuza que continuou como Prefeito, foi impedido de acumular a direção do Município com a do Departamento, sendo nomeado o dr. Mário Aloisio Cardoso de Miranda, que tomou posse em 5 de janeiro de 1938.

Passando a ocupar uma das Secretarias do Estado, este último transmitiu a Prefeitura ao sr. Carlos Magalhães Bastos, nomeado pela Interventoria, em 21 de dezembro de 1938. Em 2 de abril de 1940, novamente nomeado, voltou o sr. Cardoso de Miranda, a substituir o sr. Magalhães Bastos, que pedira demissão. A segunda administração Cardoso de Miranda terminou em 30 de abril de 1942, quando foi empossado o dr. Márcio de Melo Franco Alves, que governou por quase 3 anos, sendo substituído em 14 de abril de 1945 pelo dr. Alcindo Sodré, que deixou por algum tempo a direção do Museu Imperial.

Com a queda do Estado Novo, por nomeação do Interventor no Estado do Rio, tomou posse em 20 de novembro de 1945 o dr. Flávio Castrioto. Mais dois Prefeitos seriam ainda



CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS

nomeados até a volta ao regime eleitoral: os drs. Álvaro Corrêa Bastos, empossado em 2 de março de 1946 e Mário Medeiros Pinheiro em 20 de março de 1947. Realizadas as eleições, pela vontade popular, voltou o dr. Flávio Castrioto à Prefeitura em 11 de outubro de 1947, tomando posse perante a Câmara, também recém-eleita. Licenciou-se de 4 a 10 de outubro de 1949, passando o cargo ao dr. Paulo Cordovil Maurity, e de 23 a 31 de janeiro de 1951, em que foi substituído pelo sr. Jaime Justo da Silva, ambos substitutos presidentes da Câmara, porque não havia ainda o cargo de Vice-Prefeito.

Também eleito, o sr. Cordolino Ambrósio dirigiu a Municipalidade por 4 anos completos, até 31 de janeiro de 1955, data em que o dr. Flávio Castrioto voltaria a cumprir igualmente mais 4 anos de administração, completados em 31 de janeiro de 1959, quando entregou o posto ao dr. Nelson de Sá Earp, Prefeito por igual período de 4 anos. Mais uma eleição realizada, e a 31 de janeiro de 1963, o dr. Flávio Castrioto tomava posse pela quarta vez do cargo de Prefeito de Petrópolis, sendo substituído em 5 de julho de 1966 pelo vice-prefeito eleito dr. Rubens Bomtempo, substituído pelo sr. Fernando Sérgio Aires da Mota, nomeado pelo Governo Federal, empossado em 21 de julho de 1966. Por eleição popular, o dr. Paulo Monteiro Gratacós tomou posse perante a Câmara em 31 de janeiro de 1967, e, agora recentemente, foi substituído pelo dr. Paulo Alves Rattes, vice-Prefeito eleito, empossado em 20 de outubro de 1969."

Em seguida, publicamos a lista dos prefeitos que passaram por Petrópolis, ao longo desses 88 anos de existência da Prefeitura Municipal de Petrópolis.

- 1 - Cândido José Ferreira Martins - Presidente da Câmara - POSSE - 2-8-1916
- 2 - Oswaldo Gonçalves Cruz - Nomeado pelo Presidente do Estado - POSSE – 18-8-1916
- 3 - José Leopoldo Bulhões Jardim - Presidente da Câmara - POSSE - 1.2.1917
- 4 - Cel. Domingos de Souza Nogueira - POSSE - 2-5-1917



CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS

- 5 - Oscar Weinschenck - Nomeado pelo Presidente do Estado - POSSE - 5-5-1917
- 6 - Cel. Artur Alves Barbosa - Presidente da Câmara Municipal - POSSE - 8-8-1918
- 7 - Oscar Weinschenck - Reassumiu o cargo - POSSE - 30-9-1918
- 8 - Eugênio Lopes Barcelos - Presidente da Câmara Municipal - POSSE - 8-8-1919
- 9 - Oscar Weinschenck - Reassumiu o cargo - POSSE - 30-9-1919
- 10 - Eugênio Lopes Barcelos - Presidente da Câmara Municipal - POSSE - 6-3-1920
- 11 - Oscar Weinschenck - Reassumiu o cargo - POSSE - 21-3-1920
- 12 - Eugênio Lopes Barcelos - Presidente da Câmara Municipal - POSSE - 2-2-1921
- 13 - Oscar Weinschenck - Reassumiu o cargo - POSSE - 9-3-1921
- 14 - José de Barros Franco Jr. - Presidente da Câmara Municipal - POSSE - 19.8.1921
- 15 - Eugênio Lopes Barcelos - Vice-Presidente da Câmara Municipal - POSSE - 7.6.1922
- 16 - José de Barros Franco Jr. - Presidente da Câmara Municipal - POSSE - 23-9-1922
- 17 - Alcindo de Azevedo Sodré - Vice-Presidente da Câmara Municipal - POSSE - 31-1-1923
- 18 - Joaquim Francisco Moreira - Eleito - POSSE - 7-3-1923
- 19 - Oscar de Azevedo Marques (nomeado pelo Interventor) - POSSE - 23-8-1923
- 20 - Antonio José Romano Jr. - (nomeado pelo Interventor) - POSSE - 16-4-1924
- 21 - Oscar de Azevedo Marques (Pres. da Câmara. Subs.. Senador J. Moreira) - POSSE - 10-8-1924
- 22 - Joaquim Francisco Moreira (Eleito) - POSSE - 1.9.24
 - Oseas Az. Marques (Presidente. Câmara) - POSSE - 1.9.24
 - Joaquim Moreira (reassumiu) - POSSE - 2.1-25
- 23 - Henrique Jorge Rodrigues - (Presidente. Câmara) - POSSE - 8-4-1925
- 24 - Ernesto Crissiuma F.º - (Presidente. Câmara) - POSSE - 17.11.1925
- 25 - Joaquim Francisco Moreira (Reassumiu) - POSSE - 28-1-1926



CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS

- 26 - Francisco de Avelar Figueira de Melo (Presidente. Câmara) - POSSE - 30-4-1926
- 27 - Joaquim Francisco Moreira (Reassumiu) - POSSE - 10-1-1927
- 28 - Francisco Avelar Figueira de Melo (Presidente. Câmara) - POSSE - 25-4-1927
- 29 - Antonio Joaquim de Paula Buarque - Eleito - POSSE - 10.8.1927
- 30 - Ari Barbosa - Eleito - POSSE - 31.12.1929
- 31 - Cel. Romão Veriano da Silva Pereira - Interventor - POSSE - 28-10-1930
- 32 - Iedo Fiuza - Nomeado pelo Interventor Federal - POSSE - 18-12-1930
- 33 - Stephane Vannier - Nomeado pelo Interventor Federal - POSSE - 31-12-1934
- 34 - José de Carvalho Jr. - Nomeado pelo Interventor Federal - POSSE - 4-1-1935
- 35 - Iedo Fiuza - Nomeado pelo Interventor Federal - POSSE - 12-2-1936
- 36 - Nestor Ahrends - (nomeado) - POSSE - 14-5-1936
- 37 - Iedo Fiuza (Eleito) - POSSE - 5-8-1936
- 38 - Carlos Magalhães Bastos - Presidente da Câmara Municipal - POSSE - 6-8-1936
- 39 - Iedo Fiuza - Reassumiu - POSSE - 4-10-1936
- 40 - Mário Aloisio Cardoso de Miranda - Nomeado pelo Interventor - POSSE - 4-1-1938
- 41 - Carlos de Magalhães Bastos - Nomeado pelo Interventor - POSSE - 20-12-1938
- 42 - Alcindo de Azevedo Sodré - Interino - POSSE - 10-4-1939
- 43 - Carlos Magalhães Bastos - Reassumiu - POSSE - 28-4-1939
- 44 - Mário Aloisio Cardoso de Miranda - Nomeado pelo Interventor - POSSE - 2-4-1940
- 45 - Márcio de Melo Franco Alves - Nomeado pelo Interventor - POSSE - 20-4-1942
- 46 - Alcindo de Azevedo Sodré - Nomeado pelo Interventor - POSSE - 14-4-1945
- 47 - Flávio Castrioto de Figueiredo Melo - Nomeado pelo Interventor - POSSE - 20-11-1945
- 48 - Álvaro Correia Bastos Jr - Nomeado pelo Interventor - POSSE - 2-3-1946



CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS

- 49 - Mário Medeiros Pinheiro - Nomeado pelo Governador - POSSE - 20-3-1947
- 50 - Flávio Castrioto Figueiredo Melo - Eleito - POSSE - 11-10-1947
- 51 - Paulo Cordovil Mauriti - Presidente da Câmara Municipal - POSSE - 4-10-1949
- 52 - Flávio Castrioto Figueiredo Melo - Reassumiu o cargo - POSSE - 27-10-1949
- 53 - Jaime Justo da Silva - Presidente da Câmara - POSSE - 23-1-1951
- 54 - Cordolino José Ambrósio - Eleito - POSSE - 31-1-1951
- 55 - Flávio Castrioto Figueiredo Melo - Eleito - 31-1-1955
- 56 - Nelson de Sá Earp - Eleito - POSSE - 31-1-1959
- 57 - Flávio Castrioto Figueiredo Melo - Eleito - POSSE - 31-1-1963
- 58 - Rubens de Castro Bomtempo (vice-prefeito)
- 59 - Fernando Sérgio Aires da Mota (nomeado)
- 60 - Paulo Monteiro Gratacós - Eleito - POSSE - 31.1.1967
- 61 - Paulo José Alves Rattes - Vice-Prefeito - POSSE - 21.10.1969
- 62 - João Ézio Caldara - Eleito - POSSE - 31.1.1971
- 63 - Paulo José Alves Rattes - Eleito - POSSE - 31.1.1973
- 64 - Jamil Miguel Sabrá - Eleito - POSSE - 31.1.1977 (mandato de seis anos)
- 65 - Paulo José Alves Rattes - Eleito - POSSE - 31.1.1983 (mandato de seis anos)
- 66 - Paulo Monteiro Gratacós - Eleito - POSSE - 01.01.1989
- 67 - Sérgio Fadel - Eleito - POSSE - 01.01.1993
- 68 - Leandro José Mendes Sampaio Fernandes - Eleito - POSSE - 01.01.1997
- 69 - Rubens José de França Bomtempo - Eleito - POSSE - 01.01.2001
- 70 - Rubens José de França Bomtempo - Reeleito - POSSE - 01.01.2005
- 71 - Paulo Roberto Mustrangi de Oliveira - Eleito - POSSE - 01.01.2009
- 72 - Rubens José de França Bomtempo - Eleito - POSSE - 01.01.2013



CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS

Obs.: No período da gestão de Márcio Alves (30.4.42 - 14.4.45) o Dr. Mário Ferreira de Castro Chaves, Secretário, respondeu pelo Expediente, mais ou menos de 15.9.43 a 20.10.43, conforme os Atos e Portarias assinados pelo mesmo.



CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS

BIBLIOGRAFIA

Acervo Histórico de Gabriel Kopke Fróes

Organizador: Arthur Leonardo de Sá Earp

Estudos e Acervo do Instituto Histórico de Petrópolis – IHP

BADE, Aloysio (e) MENDES, Gustavo Duriez Teixeira – em Conhecendo Petrópolis: aspectos históricos e geográficos – 1993 – Edição Especial – Ed. Gráfica Serrana – Homenagem da Câmara Municipal de Petrópolis ao Sesquicentenário da Cidade.

COSTA, Daniela de Souza, Jaqueline de Medeiros Brand e Maria de Fátima Moraes Argon, em “Câmara Municipal de Petrópolis: o primeiro presidente e o atual” – Instituto Histórico de Petrópolis.

FERRAZ, Carlos Hermogênio Silva, em "Tribuna de Petrópolis" - Edição de 17/05/1947.

FRÓES, Carlos Oliveira, em "A 'Praça Municipal' da Colônia de Petrópolis".
FRÓES, Gabriel Kopke, em "Registros Particulares".

FRÓES, Gabriel Kopke, em Registros Particulares – 1859 – “Instalação da Câmara Municipal”.

PETRÓPOLIS, Jornal de, em "55.º Aniversário de Falecimento do Notável (...)" - Edição de 9/05/1970.

POUPERIO, Artur M., em "O Governo Municipal na Monarquia".

SÁ EARP, Arthur Leonardo. Discurso por ocasião da comemoração do Centenário da Câmara Municipal de Petrópolis na era Republicana – 8 de junho de 1992 – Instituto Histórico de Petrópolis.

SÁ EARP, Arthur Leonardo, em “Hermogênio Silva” – Instituto Histórico de Petrópolis.

VASCONCELLOS, Francisco de, em "As Primeiras Batalhas Eleitorais do Município de Petrópolis".

XAVIER, Yedda Maria Lobo – em pesquisa histórica realizada por solicitação da Câmara Municipal de Petrópolis no ano de 1991.